

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANE FERREIRA ALMEIDA NITSCHÉ

A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E ALGUNS DETERMINANTES DO ATO
INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

Teresa Kléba
Teresa Kléba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 02/10/2005

Florianópolis (SC)
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANE FERREIRA ALMEIDA NITSCHÉ

A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E ALGUNS DETERMINANTES DO ATO
INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento do Curso de Graduação em Serviço
Social como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientação: Prof^ª. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Florianópolis (SC)
2005

CRISTIANE FERREIRA ALMEIDA NITSCHÉ

**A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E ALGUNS DETERMINANTES DO ATO
INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento do Curso de Graduação em Serviço
Social como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina.

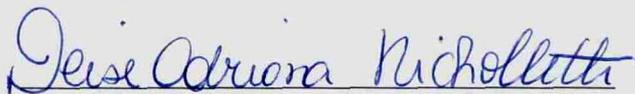
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof^ª. Dra. Teresa Kleba Lisboa
(Orientadora)



Prof^ª. Dra. Catarina Maria Schmickler
(1^ª. Examinadora)



Ass. Social Deise Adriana Nicholletti
(2^a Examinadora)

Florianópolis (SC)
Julho/2005

AGRADECIMENTOS

A Deus, que conduz a minha vida. A Ele é dada toda honra, glória e louvor, pois Ele é nosso Criador e Mantenedor e sem Ele nada seria possível.

À Universidade Federal de Santa Catarina, que através deste espaço proporcionou a produção de conhecimento científico e colaborou significativamente para a construção de meu “ser” profissional.

A todos os meus familiares, especialmente minha mãe Maria Teresa Ferreira, meu esposo Patrik Jefferson Nitsche pela compreensão, paciência e diária contribuição e ainda aos meus amigos Ayres Pereira, Norah Chaves Rabaza, Lúcia Lisete Nicolletti e Débora Dutra por todo o apoio dispensado.

Aos professores do Curso de Serviço Social por todos os anos de recíproca troca de conhecimentos. Em destaque à professora Teresa Kleba Lisboa, pela orientação dispensada durante a produção do trabalho e por toda a jornada em que esteve presente ensinando, trocando experiências e compartilhando parte de seu conhecimento.

À Secretaria de Saúde e Assistência Social de Timbó/SC, através das Assistentes Sociais Deise Adriana Nicholletti e Cristiane Elizabeth Longo que oportunizaram a aprendizagem com a prática profissional no âmbito Municipal.

Aos adolescentes que participaram das atividades do projeto, repartiram experiências e contribuíram para a realização deste trabalho de alguma forma. Passei a amá-los e respeitá-los mais vividamente através do contado diário com os mesmos. Desejo de coração que eu tenha colaborado na etapa tão importante em que se encontram: A adolescência.

*“Do rio, que tudo arrasta, se diz,
violento; mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem.”*

Bertold Brecht

NITSCHE, Cristiane Ferreira Almeida. **A afirmação da identidade e alguns determinantes do ato infracional dos adolescentes no município de Timbó/SC.** 2005. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pretende abordar alguns determinantes do ato infracional, com ênfase na afirmação da identidade dos adolescentes no Município de Timbó, Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde e Assistência social, no Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, especificadamente no Programa de medidas sócio-educativas de prestação de serviço à comunidade e de liberdade assistida, local onde foi desenvolvido o estágio curricular obrigatório. O objetivo central deste trabalho foi constatar que a afirmação da identidade constitui-se como um dos determinantes da prática do ato infracional entre os adolescentes atendidos no referido Programa. A metodologia utilizada para este estudo foi através de uma pesquisa exploratória, com levantamento documental, através de procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas e qualitativas, com aplicação de entrevistas com os adolescentes, confecção de gráficos e estudos de casos, correlacionando com a temática de gênero. Os resultados obtidos ao final deste estudo é a compreensão a respeito da afirmação da identidade como um dos determinantes ao ato infracional entre os adolescentes estudados, enfatizando ainda a influência da família e da sociedade, sobretudo do grupo de amigos, como palco das relações de gênero e colaboradoras de tais atos. Esta análise torna-se relevante na medida em que busca reconhecer um dos determinantes que levam à prática do ato infracional dos adolescentes e visa contribuir na articulação de novas formas de atendimento. No final, inclui sugestões através de um convite à reflexão a um novo olhar para a situação, requerendo nova abordagem frente à demanda.

Palavras-chave: Adolescente. Identidade de gênero. Família. Sociedade. Masculinidade. Ato infracional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo da situação dos atendimentos do Programa de LA/PSC no período inicial e final do estágio.....	29
Gráfico 2: Naturalidade dos adolescentes do Programa em Timbó.....	32
Gráfico 3: Situação laboral dos adolescentes.....	34
Gráfico 4: Situação da escolarização.....	36
Gráfico 5: Adolescentes e o uso de entorpecentes.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude
API	Atenção à Pessoa Idosa
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da Aids
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SAICA	Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A PREFEITURA MUNICIPAL E AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À DEMANDA INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC	13
1.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.....	13
1.2 CONFIGURAÇÃO ATUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	14
1.3 O SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (SAICA)	17
1.4 O PROGRAMA DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ.....	20
1.5 CONHECENDO O PROGRAMA DE PSC/LA DA PREFEITURA DE TIMBÓ E O PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS	25
1.6 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO NA POLÍTICA INFANTO-JUVENIL.....	39
1.6.1 Conhecimentos teórico-metodológicos	40
1.6.2 Instrumental técnico-operativo	41
1.6.3 Condições institucionais.....	50
2 O ATO INFRACIONAL E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ADOLESCENTES	56
2.1 A ADOLESCÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO	56
2.2 A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE JUNTO AOS ADOLESCENTES QUE COMETEM ATO INFRACIONAL.....	65
2.2.1 Do conflito de gerações ao conflito de valores	68
2.2.2 Desafiando limites e afirmando poderes	72
2.3 O ATO INFRACIONAL COMO EXPRESSÃO DA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE.....	74
2.3.1 Enfrentando derrotas e concretizando sonhos	75
2.3.2 A identificação com o pai no processo de construção de identidade	78
2.3.3 Uma oportunidade! É tudo o que os adolescentes necessitam!	81
2.3.4 A influência da rua e o primeiro passo para as drogas	85
2.3.5 A difícil tarefa de educar e impor limites quando a mãe do adolescente é a chefe da família.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

REFERÊNCIAS	96
ANEXO A: PORTARIA Nº 010/2002 DA CRIAÇÃO DO SAICA.....	101
ANEXO B: FICHA DE DADOS PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICO.....	103
ANEXO C: FICHA DE CONTROLE DE PRESENÇA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE.....	107
ANEXO D: FICHA DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	109
ANEXO E: ATENDIMENTOS DIÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	111
ANEXO F: FICHA DE PRODUTIVIDADE MENSAL.....	113
ANEXO G: FICHA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA.....	115
APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS ADOLESCENTES.....	117
APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO DA OPINIÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O PROGRAMA	119
APÊNDICE III: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS GRUPOS.....	121

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é proveniente da nossa experiência de estágio na Prefeitura Municipal de Timbó, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, mais especificamente, no Programa de medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida no semestre 2004.2 e apresenta a temática da afirmação da identidade e alguns determinantes do ato infracional entre os adolescentes que cumprem tais medidas no município.

A escolha do tema ocorreu a partir da constatação de que 100% dos adolescentes que cumprem medida no Programa são do sexo masculino. Esta informação tornou-se relevante, pois pode colaborar na revelação de um dos determinantes que contribuem para a prática do ato infracional entre os adolescentes atendidos.

Através da nossa intervenção junto ao referido Programa, constatamos que o ato infracional entre os mesmos pode ser o resultado de algumas peculiaridades presentes na história de suas vidas. Considerações como o contexto familiar, cultura, estratégias de sobrevivência e inserção social influenciam em suas escolhas e atitudes. Entretanto as considerações como pobreza ou desorganização familiar não constituíram-se em sua maioria como fatores determinantes na prática do ato infracional dos adolescentes em Timbó.

O município situado no Médio Vale do Itajaí, cerca de trinta quilômetros da Cidade de Blumenau, é formado majoritariamente por imigrantes alemães e italianos. Nos últimos trinta anos aproximadamente, contemplou um crescimento industrial significativo, gerador de maior desenvolvimento econômico e social. Com a industrialização, ocorreu também a mobilização da população da área rural para a urbana e o aumento de migrantes atraídos por ofertas de trabalho e em busca de melhor qualidade de vida. Com a expansão da população ocorrida ao longo dos últimos anos, tornaram-se mais expressivas as problemáticas

sociais e a necessidade de adaptações na infraestrutura nos bairros e ampliação das ações por parte do setor público municipal.

Para o atendimento da demanda infanto-juvenil foi estruturado no ano de 2002 o Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (SAICA), que passou a disponibilizar vários programas específicos para esta camada da população.

Devido o SAICA ser um serviço recente, não submetido a nenhum reconhecimento sobre as características da demanda atendida, sentimos a necessidade de realizarmos um levantamento a fim de conhecermos a situação do Programa de medidas sócio-educativas e o perfil dos adolescentes atendidos, possibilitando o mapeamento de algumas circunstâncias e situações que poderiam contribuir para subsidiar projetos futuros. Verificamos situações dos adolescentes como naturalidade, escolaridade, situação laboral, uso ou não de entorpecentes, que permitiram retratar de maneira geral a realidade dos mesmos.

A leitura da realidade, traduzida de maneira personalizada e global, contribui no processo de trabalho do assistente social, influenciando no conhecimento de seu objeto de trabalho e nas intervenções realizadas em prol da recuperação do adolescente, na reinserção social, familiar e na concretização de ações de cunho educativo.

Sobre o adolescente, vale ressaltar que o mesmo encontra-se num período da construção de sua identidade e o Programa deverá servir de auxílio neste momento peculiar de desenvolvimento, ajudando-os a superar a chamada crise da identidade. Isto implica, por parte do profissional, sensibilidade, conhecimento técnico, científico, constante aperfeiçoamento e atualização frente às mudanças societárias.

Este trabalho de conclusão de curso visa explorar a temática citada através de dois capítulos. No primeiro explana um breve histórico do município de Timbó, contextualizando o local onde foi desenvolvido o estágio. Em seguida, apresenta a Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde e Assistência Social, o Serviço de Atenção à Criança e ao

Adolescente, a Política do município criada para atender as demandas nesta área e o espaço no qual foi desenvolvido o estágio, situando sua origem, distinguindo seus Programas, projetos, profissionais envolvidos e ações desenvolvidas. Simultaneamente, explicita o Programa de medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, leis compatíveis, considerações sobre a viabilização das ações relacionadas ao Programa, levantamento da situação do Programa e do perfil dos usuários, os resultados alcançados e as ações desenvolvidas durante o período de estágio, inclusive a intervenção com grupos de adolescentes e o processo de trabalho do assistente social.

No segundo capítulo são explorados a correlação entre o ato infracional dos adolescentes e a afirmação da identidade e outros fatores determinantes. Baseando-se na temática construção da identidade de gênero como norte para a explicação do desencadeamento de atos infracionais e através de atendimentos, entrevistas qualitativas e relatos dos adolescentes durante os cinco meses de estágio, pretende-se identificar alguns determinantes, com ênfase na afirmação da identidade.

O reconhecimento deste diagnóstico é latente. Visamos contribuir com a identificação das causas do ato infracional para a performance profissional no enfrentamento desta questão. É extremamente relevante o reconhecimento dos motivos que levam ao ato infracional para a elaboração das políticas voltadas a esta área. Incluímos, ao final, sugestões aos Programas existentes, Coordenação Estadual, Conselhos e Juizado para a colaboração na identificação de demandas e soluções plausíveis.

1 A PREFEITURA MUNICIPAL E AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À DEMANDA INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

1.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Através de Decreto Estadual nº 527, de 28 de fevereiro de 1934 foi criado o município de Timbó, por emancipação política, com instalação em 25 de março do mesmo ano. O município situa-se no norte-leste de Santa Catarina, no Médio Vale do Itajaí, formado por imigrantes alemães e italianos que na época, buscavam um local para se desenvolverem e produzirem sua subsistência.

A economia baseou-se inicialmente na agricultura e posteriormente na indústria. A oportunidade de emprego nas indústrias é um dos motivos de mobilidade da área rural para a urbana ao longo dos últimos anos. São mais de trezentas indústrias instaladas as quais se destacam nos setores têxtil, mecânico, metalúrgico, vestuário, calçados, gêneros alimentícios, bebidas, entre outros. A indústria ocupa 60% da mão-de-obra do município. O setor industrial, por seu crescimento e oportunidades de investimento, é um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social do município. Timbó está classificada pela ONU como a 10ª melhor cidade do país para morar, e economicamente ocupa o 16º posto de arrecadação do Estado. A taxa de alfabetização é de 97,59% (IBGE, 2000), sendo Timbó, em nível estadual, a 3ª cidade em qualidade de ensino (TIMBÓ, Secretaria de Educação, 2000).

Atualmente, a população de Timbó é basicamente urbana, em um total de 29.358 habitantes, com uma população rural de aproximadamente 2.573 habitantes e densidade demográfica de 230.08 hab/km².¹

¹ Fonte: www.timbo.sc.gov.br

1.2 CONFIGURAÇÃO ATUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO

A Prefeitura Municipal de Timbó está dividida administrativamente da seguinte maneira: Gabinete do Prefeito; Procuradoria Geral do Município; Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Eventos; Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

A Secretaria de Saúde e Assistência Social, foi o local no qual desenvolvemos nosso estágio curricular obrigatório no semestre 2004.2. Sua estrutura compreende as seguintes divisões: Divisão de apoio Administrativo, Divisão de Serviços e Políticas de Saúde, Divisão de Vigilância Sanitária e Divisão de Assistência Social.

Existe um projeto para a separação da Secretaria de Saúde e a Assistência Social a fim de facilitar a administração e criação de novos projetos². Decorrente disto, em maio de 2005 a Secretaria de Saúde e Assistência Social passaram a funcionar em endereços distintos. As Divisões relacionadas à saúde passaram a funcionar no prédio do Hospital Municipal Hans Muller, passando a se denominar Centro Municipal de Referência e Saúde Pública Dr. Hans Muller. Com relação à Divisão de Assistência Social, esta centralizou seus serviços em outro endereço, passando a se chamar por Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Apesar das mudanças ocorridas recentemente, a Assistência Social ainda está vinculada à Secretaria de Saúde, pois não se concretizou até o momento a separação de sua administração. As profissionais da área da Assistência Social estão engajadas no processo e exercendo pressão para o rompimento definitivo entre as duas Secretarias, que proporcionará maior autonomia na aplicação de recursos e elaboração de projetos.

² Fonte: Manfrini, Daniele Beatriz. Demandas de Políticas Públicas para Famílias Chefiadas por Mulheres no Município de Timbó/SC. UFSC, 2004.

A equipe de profissionais que atua no CRAS é composto por cinco assistentes sociais, duas estagiárias de Serviço Social, uma psicóloga, duas auxiliares administrativas e duas recepcionistas e compreendem os seguintes departamentos:

- Plantão Social: Conta com uma estagiária de Serviço Social e uma Supervisora, assistente social, que preenchem os cadastros dos usuários da Assistência e efetuam a liberação de benefícios eventuais: sacolão, auxílio-funeral, auxílio natalidade, auxílio para compras de lentes de óculos, Benefício de Prestação Continuada (BPC), pagamento de energia elétrica ou fornecimento de água, prótese dentária, fraldas geriátricas para deficientes físicos, mentais ou idosos, realizam visitas domiciliares a fim de emitir parecer social para isenção e remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), liberação de planta padrão e encaminhamentos para outros serviços disponíveis;
- Atenção à Pessoa Idosa (API): Este serviço é desenvolvido através de uma assistente social e duas auxiliares administrativas que atendem a demanda de idosos que sofrem maus-tratos, negligência, buscando o resgate e garantia de seus direitos. Os idosos são encaminhados também para o recebimento do BPC via Lei Orgânica da Assistência. Neste departamento também são desenvolvidas atividades com grupos de convivência com os idosos. Os mesmos participam de danças, passeios, festas, esporte e lazer. A assistente social também presta apoio uma vez por semana em período integral ao Centro de Convivência Else Benz “Ancionato”;
- Bolsa Família: Uma assistente social realiza credenciamento através de visita domiciliar e entrevista com famílias carentes a fim de subsidiar a concessão

dos benefícios. Esta profissional desenvolve também as atividades com grupo de mulheres;

- Grupo de Mulheres: A mesma trabalha com mulheres na perspectiva de projetos de geração de renda e atividades diversas. São promovidos cursos de qualificação profissional, orientação à gestante, planejamento familiar, cursos de habilitação artísticas, encaminhamento a médico, concessão do auxílio natalidade;
- Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (SAICA): Atividade desenvolvida por uma assistente social, uma psicóloga, uma auxiliar administrativa que atendem crianças e adolescentes, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Poder Judiciário, CRAS, Unidades de Saúde e demanda espontânea em situação de risco social, tais como: dependência química, vítima de violência em suas múltiplas faces como negligência, violência física, psicológica, sexual e vítimas de vulnerabilidade social e adolescentes autores de ato infracional³. O atendimento se estende à família das crianças e dos adolescentes buscando prestar uma ação integral;

O CRAS ainda tem uma assistente social locada na Secretaria de Saúde trabalhando com as questões relacionadas à liberação de medicamentos e exames de alto custo, uma estagiária sob supervisão de uma assistente social no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que atendem a demanda de saúde mental e dependência química e duas recepcionistas no CRAS, que encaminham ou agendam os atendimentos com as assistentes sociais, realizam ou recebem ligações telefônicas, e outros serviços burocráticos.

³ Segundo Veronese e Rodrigues (2001), considerar adolescente infrator é diferente de adolescente autor de ato infracional. O primeiro termo expressa um rótulo para o resto da vida e não apenas um ato em determinado momento.

Vale ressaltar que todos os serviços do CRAS são coordenados por uma supervisora, assistente social, locada no próprio Centro, que é responsável também pelos projetos desenvolvidos pela Prefeitura e Secretaria de Saúde e Assistência Social no que tange a nossa área de atuação como: providências para a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), habitação popular, entre outras atribuições.

A partir desta breve descrição sobre os serviços oferecidos pelo CRAS, nos deteremos especificadamente ao SAICA, por ser o local onde foi desenvolvida a prática de estágio. A seguir abordaremos como o Serviço foi criado e como são desenvolvidos os Programas, dando ênfase especial ao Programa de medidas sócio-educativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, da Prefeitura de Timbó.

1.3 O SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (SAICA)

Baseando-se nos direitos fundamentais da criança e do adolescente, e na proteção integral perfilhados na Constituição Federal de 1988, art. 227, regulamentado através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, a União, os Estados e os Municípios têm responsabilidades na elaboração, implantação e desenvolvimento das políticas voltadas para a população infanto-juvenil. De acordo com o Estatuto, em seu artigo 2º, a criança é a pessoa de até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Em 20 de novembro de 1989 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a convenção Internacional dos Direitos da Criança. Tal convenção foi ratificada pelo governo brasileiro e trouxe a adoção da doutrina da proteção integral, passando a considerar a criança e o adolescente pessoas em desenvolvimento (VERONESE; SOUZA; MIOTO, 2001).

O ECA, incorporando tal doutrina, apregoa em seu artigo 3º o reconhecimento dos direitos fundamentais, sendo eles “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condição de liberdade e dignidade” e ainda em seu artigo 4º institui “o dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público” como agentes geradores destes direitos. Portanto, a proteção integral deve estar integrada no tripé família, Estado e sociedade.⁴

Para atender a esta necessidade, o município de Timbó, orientado pelo Ministério Público e Poder Judiciário, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social, criou no dia 21 de agosto de 2002, através de Portaria nº 010 o SAICA - Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Anexo A), com o objetivo de organizar e implementar mecanismos e critérios que atendam às crianças e aos adolescentes do referido município.

Este serviço tem como objetivo desenvolver ações, serviços e políticas voltadas às crianças e aos adolescentes, envolvendo as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal, Sociedade Civil, Empresas, Poder Judiciário, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e outros setores.

O Serviço funcionava durante o período de estágio anexo às instalações do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) por motivos de arranjo físico. Atualmente, conforme citado anteriormente, passou a situar-se no CRAS.

Os Programas desenvolvidos no SAICA são os seguintes:

⇒ Programa Social Trabalho Educativo: Encaminha as crianças e os adolescentes a cursos profissionalizantes (computação, secretariado, etc) ;

⇒ Programa Desempenho: Oportuniza a participação na prática de esporte, cultura e lazer. São oferecidos judô, karatê, futebol e música;

⁴ Relação exposta pela Professora da UFSC, Dra. Catarina Maria Schmickler, na aula de Tópicos Especiais do Serviço Social, 8º fase, na data de 06/jun. de 2005.

⇒ Programa para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual: Atende crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência ou abuso e exploração sexual e suas famílias através de atendimento e visitas, visando romper com a violência;

⇒ Programa Capacitar: Capacita profissionais, conselheiros de direito e tutelares que atuam no Programa;

⇒ Programa Recuperar: Previne, atende, acompanha, recupera dependentes químicos, encaminhando os mesmos para Centros de Recuperação, CAPS e desintoxicação química em Hospitais do município;

⇒ Programa Lar Doce Lar Abrigo: Oferece abrigo às crianças e adolescentes órfãos, abandonados, vítimas de maus tratos, deficiência física, mental e, eventualmente, que tenham cometido infração;

⇒ Programa Orientação Apoio Sócio-familiar: Orienta e oferece apoio às famílias que estejam em situação de vulnerabilidade ou não, através de recursos materiais, financeiros, informações, encaminhamentos, por meio de um conjunto de ações sócio-educativas, articuladas entre serviços públicos e privados, visando a proteção integral das crianças, dos adolescentes e de suas famílias;

⇒ Programas de Medidas Sócio-educativas (ECA, art. 112) de Prestação de Serviço à Comunidade (ECA, art. 117) e Liberdade Assistida (ECA, art. 118 e 119): Executa o atendimento ao adolescente autor de ato infracional, viabilizando seus direitos e promovendo a reflexão sobre tais atos, buscando romper com a trajetória infracional (EGERT, 2002).

1.4 O PROGRAMA DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

O Programa de medidas sócio-educativas atende aos adolescentes autores de ato infracional, que de acordo com o ECA, é o indivíduo dos 12 aos 18 anos de idade que em algum momento neste período de sua vida comete a prática de um crime ou contravenção penal. A contravenção penal é correspondente a um ato ilícito menos grave do que um crime (LIBERATI, 2000). Então, atos como vandalismo, furto, porte de armas ou drogas ilícitas, dentre outros, constituem motivos para o encaminhamento do adolescente para o cumprimento de medidas. O órgão competente para o julgamento do adolescente é o Juizado da Infância e Juventude, na figura do Juiz, que analisa através de audiências, junto com uma equipe multidisciplinar, a mais adequada medida para a recuperação do adolescente e a ruptura com a trajetória infracional.

Devemos ressaltar que conforme apregoa a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 228, reforçado pelo art. 104 do ECA, os menores de 18 anos são considerados imputáveis. Isso significa que não são julgados pelo Código Penal e não podem receber uma pena por seus atos infracionais. Os adolescentes devem cumprir medidas sócio-educativas, enquadrando-os também como responsáveis sobre seus atos e na obrigação de responder por eles. Conforme Veronese, Quandt e Oliveira (2001), a responsabilidade civil cabe aos pais na reparação dos danos causados pelos filhos, e ao adolescente tornam-se sujeitos ao cumprimento das medidas sócio-educativas. Tais medidas, buscam a aplicação de ações inclusivas e educacionais, na perspectiva da garantia de direitos sociais, que influenciem os adolescentes a refletirem sobre seus atos e sentirem a necessidade de mudança de comportamento e ruptura com os mesmos.

O Programa de medidas sócio-educativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida destinado aos adolescentes autores de ato infracional viabiliza suas ações

pautadas e amparadas no ECA, especialmente no Título III, Capítulo IV, artigos 112 inciso III e IV, 117 e 118 e 119. Vale citar na íntegra o art. 112:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - Advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma previstas no art. 101, I e VI. (trata das medidas específicas de proteção).

De acordo com Liberati (2000), o primeiro encontro do adolescente com a autoridade competente (Juiz ou Promotor de Justiça) poderá ser decisivo: ou será o início de sua recuperação, ou o início de sua carreira no crime, dependendo da forma de aplicação da medida.

As autoridades competentes têm a responsabilidade de optar pela medida mais conveniente ao adolescente, seguindo o ECA em seu art. 112 § 1º:

onde devem levar em consideração a capacidade do adolescente de cumpri-las e as circunstâncias do ato infracional praticado e sua gravidade, não sendo admitido em hipótese alguma e sob pretexto algum a prática de tortura e a prestação de trabalho forçado para a concretização da medida, citados no mesmo artigo.

E complementando este artigo vem o § 2º:

O Juiz ou o Promotor de Justiça devem decidir por ações que atendam a melhor maneira de compensação e recuperação de cada adolescente, nunca com intuito “penal”, mais sim educacional.

Então, para a recuperação do adolescente é viável a promoção de ações educativas, sociais, psicológicas e psiquiátricas visando à reintegração do adolescente na sua família e na sociedade. Portanto, as medidas a serem desenvolvidas visam especialmente convidar o adolescente a refletir sobre seus atos praticados e buscar a sua ruptura com os mesmos.

O Juiz geralmente encaminha os adolescentes que cometem atos infracionais considerados de média gravidade para o cumprimento de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, atos como: vandalismo, uso de entorpecentes, furto, porte de arma, estelionato, dentre outros similares (LIBERATI, 2000).

No que se refere às medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida o ECA destaca em seus artigos 117 e 118 :

Art. 117º - a prestação de serviço à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em Programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo Único – As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante a jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Art. 118 – A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada a fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou Programa de atendimento.

§ 2º - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Antes de a Prefeitura estruturar o SAICA o atendimento aos adolescentes que deveriam cumprir tais medidas era executado pelo setor de Serviço Social do Fórum do município.

Os Programas desenvolvidos pelo SAICA com os adolescentes têm como objetivo fazê-los responder por seus atos, resgatar os seus direitos violados (saúde, educação, esporte, lazer, profissionalização, etc) e romper com a trajetória infracional. Neste sentido, os adolescentes autores de atos infracionais participam das seguintes atividades sócio-educativas: encaminhamento à prática de esportes, cursos profissionalizantes, promoção de matrícula no ensino fundamental, atendimento pela assistente social e atendimento com a psicóloga, encaminhamento aos órgãos públicos a fim de prestarem serviço à comunidade.

Os adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de liberdade assistida passam a ser acompanhados de maneira personalizada por assistente social, que realiza a leitura do processo judicial, a visita domiciliar, o atendimento individual, o preenchimento da ficha de dados pessoais e sócio-econômico (Anexo B), intervém quando necessário na resolução de conflitos familiares, verifica as atividades diárias do adolescente, solicita mudanças de comportamento, como: não chegar tarde da noite de casa, não manter amizades com adolescentes suspeitas, romper com o uso de entorpecentes, entre outros. São encaminhados a participar de esportes (judô, karatê, futebol), participar de grupo de adolescentes promovidos pelo Programa, cursos profissionalizantes (computação, eletrônica, secretariado, operador de telemarketing, etc), ou seja, planejam para cada adolescente individualmente uma série de ações que o mesmo deve cumprir.

Para os adolescentes que cumprem medida de prestação de serviço à comunidade a aplicação se dá na realização de serviços sem retribuição financeira de acordo com o prazo estabelecido judicialmente. Encaminhamos os adolescentes para realizarem tarefas na horta comunitária, plantação de árvores e mudas de plantas e flores, assessoramento de trabalhos manuscritos em secretarias de escolas, colaboração na distribuição das refeições e auxílios diversos aos pacientes do CAPS, limpeza do jardim da APAE e no Hospital. As Instituições, que atendem os adolescentes, recebem uma ficha de controle da presença e outra de avaliação do comportamento do adolescente na prestação de serviço (Anexos C, D), que enviam mensalmente ao Programa, a fim de verificar o integral cumprimento da medida. No referido Programa os adolescentes que cumprem tais medidas também são acompanhados com a mesma atenção dos que cumprem liberdade assistida. São encaminhados para diversos serviços, cursos profissionalizantes, participação em grupos, etc.

As atividades são orientadas pela assistente social e pela estagiária de acordo com as necessidades de cada adolescente, sem critérios fixos, porém todos direcionados ao alcance do objetivo principal, que é a ruptura com o ato infracional por parte do adolescente.

De acordo com Liberati (2000), o Estatuto não estabeleceu normas e diretrizes claras para a execução das medidas sócio-educativas. Consoante a Súmula 108 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o magistrado é o aplicador das medidas. Assim, a discricionariedade⁵ do magistrado tornou-se o norte para a determinação das medidas sócio-educativas.

No 18º Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (ABMP), em 1999, ficou acertado que o assunto deveria ser regulamentado por lei federal, medida salutar que colocará regras claras na execução das medidas sócio-educativas.

Portanto, os Programas do município devem contar com profissionais capacitados a fim de executarem em conjunto com o juizado as medidas concernentes (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) (LIBERATI, 2000). O Programa, no período de agosto a dezembro de 2004, contou com as atividades de estágio curricular obrigatório e neste período foram desenvolvidas as atualizações das ações em virtude da sobrecarga de trabalho da assistente social do SAICA, sendo que algumas atividades estavam com sua demanda reprimida.

⁵ relativo à discricionário, sem restrições, sem condições, arbitrário.

1.5 CONHECENDO O PROGRAMA DE PSC/LA DA PREFEITURA DE TIMBÓ E O PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS

Iniciando o estágio curricular obrigatório, chamou-nos a atenção, o não comparecimento dos adolescente ao Programa, a fim de cumprirem as medidas sócio-educativas.

Foi-nos informado que tal fato estava ocorrendo devido a sobrecarga de atividades atribuídas a uma única assistente social no SAICA, criando uma demanda reprimida, pois as convocações e os atendimentos não estavam podendo ser realizados. Vale ressaltar que, a psicóloga tinha como atribuição atender os adolescentes do SAICA, encaminhados pela assistente social e a auxiliar administrativa realizava os serviços burocráticos solicitados pelas duas profissionais, como confecção de ofícios, arquivo, etc. Tal situação foi o que requereu a contratação de uma estagiária de Serviço Social, possibilitando auxiliar na carência de recursos humanos apresentada e viabilizar o atendimento aos adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude para o cumprimento de medidas sócio-educativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.

Assim, a estagiária realizou uma pesquisa exploratória, que, conforme Gil (1995), tem como objetivo explicar e mudar conceitos e idéias, visando a formulação de problemas mais precisos e promover uma visão geral acerca de certo fato. Geralmente são realizadas através de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de casos, visando tornar o seu produto final num problema mais esclarecido.

Este método foi aplicado tendo em vista a complexidade do tema estudado e a necessidade de uma nova visão sobre o mesmo, buscando colaborar na qualidade dos atendimentos prestados no Programa aos adolescentes autores de atos infracionais.

Tal pesquisa utilizou-se de um levantamento documental, que conforme Gil (1995), geralmente visa obter dados a fim de responder um certo problema. Foram verificadas nas pastas os documentos arquivados referente os processos dos 47 adolescentes atendidos pelo Programa, com a finalidade de conhecer a situação atual e identificar as necessidades dos mesmos. Os dados coletados foram instrumentalizados com a confecção de um gráfico em dois períodos distintos.

De acordo com Gil (1995), as pesquisas sociais geralmente estudam um universo dos elementos tão extensos que fica difícil analisá-los em sua totalidade. Por isso, pode-se trabalhar com uma amostra, que é uma parte dos elementos de um universo total, que deve ser representativa da população estudada.

Foram pesquisadas as situações de quinze adolescentes, a fim de conhecer o perfil dos mesmos. Tiveram como intuito conhecê-los, para posterior intervenção profissional. Foram ainda selecionados sete relatos de casos de adolescentes, com o intuito de constatar se a afirmação da identidade era ou não um dos determinantes à prática do ato infracional entre os adolescentes.

Foram utilizados também técnicas quantitativas e qualitativas de dados. De acordo com Queiroz (1992), a técnica quantitativa consiste em uma organização do qualitativo. Ambas buscam a reflexão e verificação entre si, as suposições e correlações com contribuição do procedimento comparativo. Ressalta que a comparação auxilia para novas descobertas. Após a pesquisa quantitativa, o pesquisador retorna ao procedimento qualitativo, procurando traduzir o que se pretende compreender.

Foi utilizado a técnica quantitativa através da confecção de um gráfico comparativo da situação e gráficos referente ao perfil dos adolescentes, conforme já citado acima.

Através destes dados, tornou-se possível retratar a situação atual do Programa, melhor conhecer os adolescentes atendidos e conseqüentemente, dar alguns subsídios para o estudo qualitativo. Este último foi realizado através de estudos de casos e entrevistas com os adolescentes, proporcionando a análise do tema proposto, correlacionando com a temática de gênero.

Esse levantamento se propôs, inicialmente, a verificar todas as 47 pastas arquivadas com os documentos individuais de cada adolescente. Constatamos que na maioria das pastas haviam as cópias dos processos judiciais dos adolescentes, com informações relacionadas aos mesmos, do ato infracional, dados como nome, idade, endereço residencial, responsáveis civilmente (pais), determinação judicial caracterizando o tipo de medida a ser aplicada, a data da homologação, depoimentos referentes ao ato cometido, entre outros.

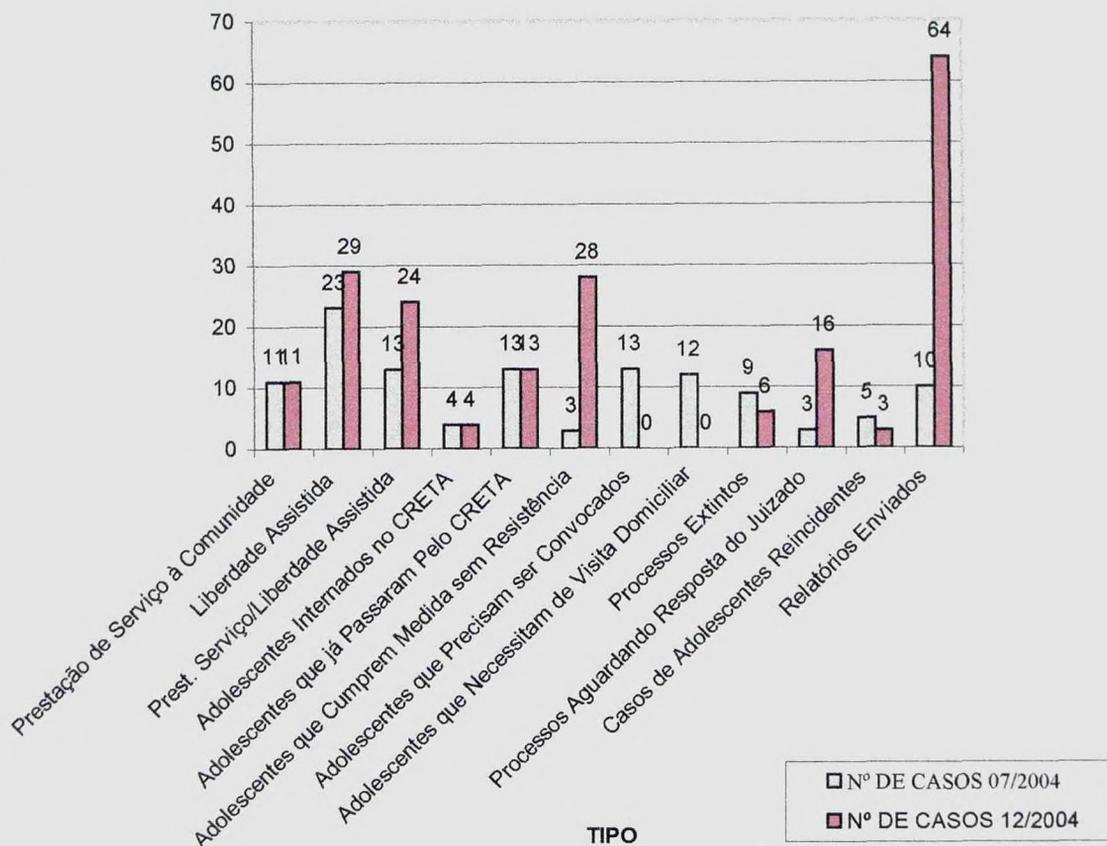
As pastas continham também as fichas de dados pessoais e sócio-econômicos que a assistente social preenchia no primeiro atendimento do adolescente no Programa. Estas fichas não constavam nas pastas de todos os adolescentes, pois muitas vezes, os atendimentos eram intervenções complicadas, por motivo de resistência do adolescente, e por fim, não eram preenchidas pela profissional, prejudicando o bom desempenho das ações. Foram localizadas uma média de vinte fichas arquivadas. Tais fichas objetivavam conhecer a realidade dos adolescentes e de seus familiares e a situação econômica, visando auxiliar nos encaminhamentos referentes ao cumprimento das medidas. Verificamos também nas 47 pastas, folhas de papel ofício ou de papel almaço, com transcrições e anotações sobre os atendimentos e encaminhamentos que eram realizados com os adolescentes e cópias de relatórios dos casos, autenticados pelo Fórum do município, informando ao Juiz sobre o andamento das medidas e a situação do adolescente atendidos. Esses relatórios foram encontrados em todas as pastas, mas somente treze deles estavam com datas atualizadas. Entre

eles dez informavam o andamento das medidas e três aguardavam as respostas do Juizado sobre o encerramento do processo.

O levantamento possibilitou identificar as medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida referentes a cada adolescente e dados concernentes ao andamento das mesmas em dois momentos diversos: em julho e em dezembro de 2004, referente ao período inicial e final do estágio, possibilitando uma análise comparativa dos resultados alcançados, conforme visualização no gráfico 1. Os dados expressos neste gráfico, somam em seus três primeiros itens o número de adolescentes, classificados por tipo de medida em cumprimento, que variou no total de 47 adolescentes no período inicial e 64 no período final do estágio.

Os demais itens do gráfico 1, são dados que informam sobre o andamento da aplicação das medidas. Devem ser avaliados sem somatória entre todas as partes, pois acabam por envolver um único adolescente em mais de um item ou em nenhum deles, por motivo de falta de informação nas pastas, que foram coletados em momento posterior ao levantamento, quando na busca dos processos no Fórum e dos atendimentos realizados aos adolescentes através de visita domiciliar.

Apresentamos a seguir o levantamento documental realizado no Programa de medidas sócio-educativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida através do gráfico 1, onde é possível vislumbrar os resultados alcançados decorrentes das atividades de estágio curricular obrigatório:



Fonte: Pesquisa realizada no SAICA pela estagiária Cristiane Nitsche
Timbó, julho e dezembro/2004

Gráfico 1: comparativo da situação dos atendimentos do Programa LA/PSC no período inicial e final do estágio:

Os indicadores permitem visualizar os resultados alcançados, pois consistem em números que procuram descrever um determinado aspecto da realidade (BAPTISTA, 2003).

Verificamos que entre os 47 adolescentes, conforme gráfico 1, no período inicial, quatro estavam internados em Centro de Recuperação, três estavam aguardando a resposta do Juizado para o encerramento de seus processos e nove processos já haviam sido extintos. Foi verificado também, em período posterior ao levantamento, durante o processo de contato com os adolescentes que, três deles haviam se mudado para outros municípios e deveriam estar sendo transferidos para as Comarcas respectivas, sendo os remanescentes para aplicação das medidas, vinte e oito adolescentes.

A partir da identificação da situação dos adolescentes, iniciamos a realização das convocações e das visitas domiciliares, com o objetivo de conhecer os mesmos e reiniciar os atendimentos e cumprimento das medidas. Foram realizadas treze convocações e doze visitas identificadas como necessárias no levantamento.

Verificamos que, apesar dos adolescentes estarem com resistência para o cumprimento da medida, em sua maioria, eles aguardavam serem convocados ou visitados.

Através de atendimento individual, conhecemos cada adolescente, e realizamos entrevistas com a finalidade de preenchermos as fichas e atualizarmos dados. Neste processo, observamos a necessidade de cada um, a fim de realizar os encaminhamentos devidos. Nesta nova etapa sentimos a necessidade de conhecermos o perfil dos adolescentes atendidos e a opinião dos mesmos sobre as atividades que gostariam de estar participando através do Programa.

Durante os atendimentos passamos a realizar a aplicação de dois questionários semi-estruturados (Apêndice I e II), com perguntas abertas e fechadas, com o intuito de traçar o perfil dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas junto ao SAICA e a opinião sobre as atividades que gostariam de estar participando, a fim de colaborar no planejamento das ações a serem desenvolvidas e nas análises dos casos. O preenchimento dos questionários contou com a participação de quinze adolescentes que cumprem medida do Programa, pois, os treze adolescentes restantes, identificados no levantamento, não responderam o questionário, uma vez que no momento de sua aplicação não haviam sido contactados. Havíamos tentado realizar visita domiciliar e contatos telefônicos, porém não conseguimos conversar com os adolescentes e com os membros da família, pois todos estavam trabalhando ou haviam mudando de endereço. Esses adolescentes não incluídos na pesquisa inicial aos poucos foram inseridos nas atividades seguintes.

As questões respondidas pelos adolescentes, possibilitaram verificar dados importantes, entre eles, destacamos os seguintes: naturalidade, escolaridade, situação laboral e uso ou não de entorpecentes.

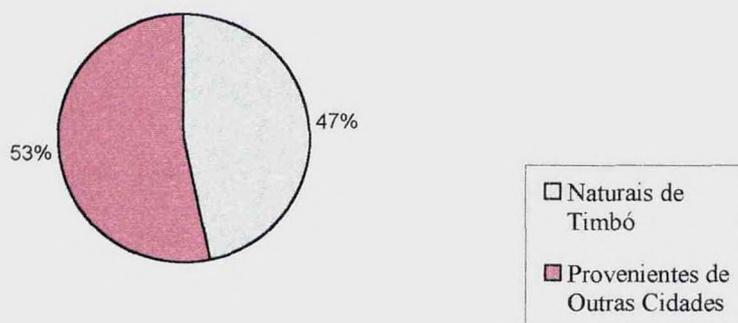
A mensuração destas quatro características, deu-se com o objetivo de ampliar e direcionar os atendimentos do Programa de acordo com a realidade apresentada. Com relação à naturalidade dos adolescentes, chamou-nos atenção o grande número de adolescentes migrantes. Então, julgamos necessário constatar a parcela que representavam, a fim de verificar se eles eram a maioria ou não e de que cidades provinham, a fim de considerar as diferentes concepções culturais, com o propósito de atender a todos de maneira inclusiva e educativa.

Com relação ao destaque da verificação do número de estudantes, trabalhadores e usuários de entorpecentes ou não, tínhamos o intuito de mapear a situação geral a fim de intervir no particular, com ações planejadas abrangendo todas essas três características, a fim de promovermos a reinserção social e auxiliarmos na ruptura da dependência química, necessidades estas fundamentais quando na aplicação das medidas sócio-educativas, conforme apregoa o Estatuto.

Verificamos através dos atendimentos, entrevistas e cópias dos processos e documentos das fichas arquivadas, os tipos de infrações cometidas pelos adolescentes pesquisados: três adolescentes por uso de drogas, dez por furto, um por vandalismo e um por briga.

Nos atendimentos, os adolescentes foram questionados pela estagiária e pela assistente social sobre o motivo que os levou a cometer o ato infracional e as respostas foram as seguintes: nove adolescentes relatam que foi por influência dos amigos, três sem culpa real (denúncia improcedente), dois influenciados pela dependência química e um por vontade própria. Estaremos analisando no capítulo dois alguns destes dados.

Vejamos então, as características dos adolescentes pesquisados:



Fonte: Pesquisa realizada no Programa pela estagiária Cristiane Nitsche Timbó, julho/2004.

Gráfico 2: Naturalidade dos adolescentes do Programa em Timbó:

De acordo com o gráfico 2, quarenta e sete por cento dos adolescentes são naturais de Timbó e cinquenta e três por cento deles são provenientes de outras cidades. Dentre esses, a maioria são provenientes do Paraná.

No município, um mil quatrocentos e treze pessoas são naturais do Paraná, sendo entre elas, setecentos e onze homens e setecentos e duas mulheres (IBGE, 2005). São estas pessoas também que se apresentam como a maior demanda de usuários da Assistência Social. Geralmente as famílias vêm residir com seus parentes ou em casas alugadas, têm baixo nível de escolaridade e acabam não conseguindo um emprego por falta de qualificação profissional e decorrente da vulnerabilidade social recorrem à Assistência. Atualmente, noventa por cento dos usuários da Assistência Social são provenientes de outras cidades. A maior parte deles são do Paraná, tendo também pessoas vindas do Alto Vale do Itajaí e cidades vizinhas. Com relação aos dez por cento dos usuários da Assistência naturais de Timbó, pouquíssimos vivem em situação de pobreza, o que ocorre geralmente são que alguns passam por momentos de

dificuldades financeiras oriundos de problemas de saúde e acabam por buscar um suporte neste serviço⁶.

Existe a preocupação do setor público Municipal em relação à crescente urbanização, pois a procura dos migrantes pelo município é grande e há a necessidade de se projetar o setor de saúde e da educação para suprir a demanda mantendo a qualidade de vida da população. O Bairro de Araponguinhas tem uma grande quantidade de migrantes, por estar próximo a Rodovia Augusto Hass, via que dá acesso à cidade, formando uma área carente de infra-estrutura urbana e social⁷.

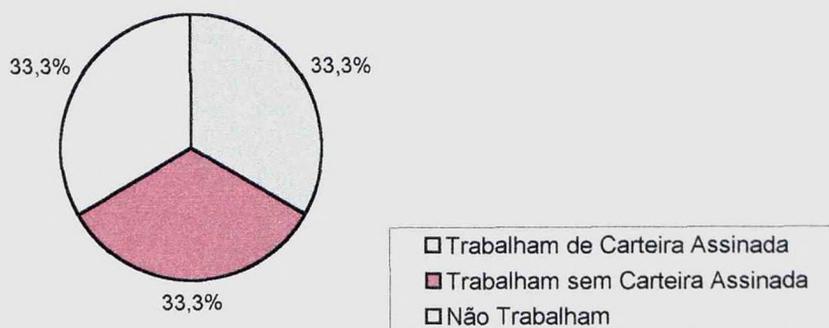
O processo de migração traz para o município um custo social mais elevado e contribui para o crescimento e proliferação de áreas carentes.

Nos casos estudados todas as famílias têm emprego e renda mensal atualmente, alguns foram ou são usuários da Assistência, por motivo de conflitos familiares, dependência química, alcoolismo e outros fatores geradores de crise.

Durante o atendimento realizado com as mães de alguns adolescentes naturais de Timbó prevaleceu muitas vezes na fala das mesmas, uma preocupação em relação à amizade de seus filhos. Muitas relatam que seus filhos cometeram ato infracional devido à companhia de adolescentes migrantes, que não trabalham e nem estudam.

⁶ Informações coletadas com a Supervisora do CRAS, Ass. Cristiane Elizabeth Longo em entrevista com estagiária em três de junho de 2005. Os relatos provêm de observação e análise da profissional pela experiência no campo de trabalho.

⁷ Fonte: www.timbo.sc.gov.br



Fonte: Pesquisa realizada no Programa pela estagiária Cristiane Nitsche Timbó, julho/2004.

Gráfico 3: Situação laboral dos adolescentes:

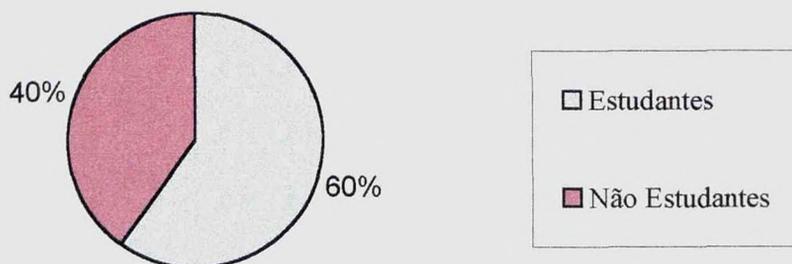
Dentre os adolescentes pesquisados cinco estão em situação regular, trabalhando e estudando, outros cinco adolescentes ainda não trabalham, a maioria por motivo da dificuldade de conseguir um emprego nesta idade e também porque estudam. Mas cinco estão em condições de trabalho irregular, ou seja, trabalhando em linhas de produção, obras, ajudantes sem vínculo empregatício e a maioria não estão matriculados em ensino regular.

Vale ressaltar que a renda per capita das famílias dos adolescentes variou de R\$ 180,00 a R\$ 285,00 reais, perfazendo uma média geral de R\$ 216,00 reais, não enquadrado na linha de pobreza considerado pela LOAS, que preza a supremacia de atendimento para concessão de benefícios a famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, salário este correspondente em junho de 2004 a R\$ 260,00.

Os adolescentes não vivem em situação de extrema pobreza, portanto, não podemos relacionar a pobreza como principal determinante do comportamento infrator nestes casos.

A inserção de adolescentes no mercado de trabalho de acordo com o ECA em seu artigo 60 se dá a partir dos quatorze anos na condição de aprendiz e dos dezesseis como trabalhador, sob proteção especial. Antes dos quatorze anos de idade o adolescente deveria centrar suas atividades no esporte, no lazer, no estudo, nos cursos profissionalizantes a fim de estarem preparados futuramente para se inserirem no mercado de trabalho e possuírem condições de sobrevivência.

De acordo com a realidade brasileira um milhão e meio de adolescentes com quatorze a quinze anos e dois milhões com dezesseis a dezessete anos trabalham, sendo pouquíssimo deles na condição de aprendiz ou proteção especial (IBGE, 2005). Vale destacar ainda que estatísticas internacionais apontam que, pelo menos metade destes adolescentes trabalhadores, estão locados em atividades perigosas (ILO, 2002 apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).



Fonte: Pesquisa realizada no Programa pela estagiária Cristiane Nitsche Timbó, julho/2004.

Gráfico 4: Situação da Escolarização

A maioria dos adolescentes estudam, porém, encontram-se atrasados nos estudos. Três estão matriculados em curso supletivo o qual freqüentam três vezes por semana ou só comparecem para prestar prova, pois não aceitam de maneira alguma ter que freqüentar a escola todos os dias. No ensino regular estão seis adolescentes que freqüentam o ensino fundamental ou o ensino de 2º grau. Os demais adolescentes (seis) não estudam e relatam que não têm vontade mesmo. De acordo com o relato de D. F. C. 17 anos: *“Estudar para quê, eu trabalho e me sustento igual.”*

Vale destacar que durante o processo de intervenção de estágio, o nível de evasão escolar foi reduzida para quase que oitenta por cento entre os adolescentes.

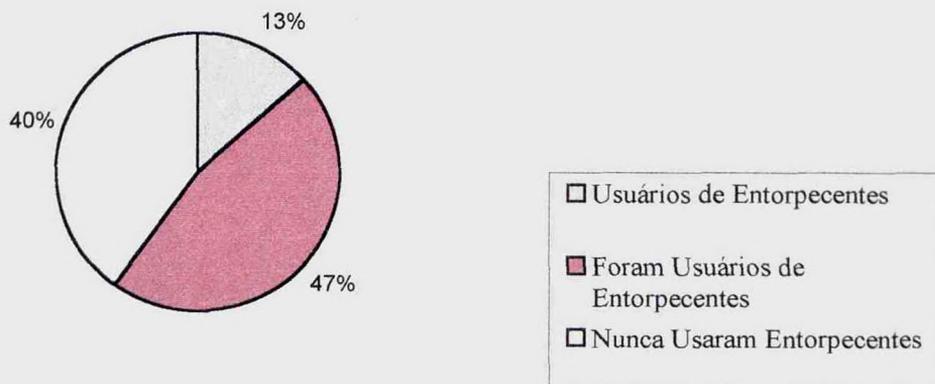
A escolarização é um aspecto importante a ser resgatado na vida do adolescente em cumprimento da medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. Conforme assinala Moreno e Cubero (1995), a escola é o lugar principal da transmissão do conhecimento organizado, portanto, é por excelência, a instituição que prepara

o indivíduo para o desempenho do papel de adulto, buscando dar condições de inseri-lo nas estruturas sociais presentes.

Embora o ECA em seu art. 4º garanta a educação quando dispõe sobre a proteção integral dos adolescentes, a situação não se configura de forma tão concreta. As escolas, muitas vezes, não estão preparadas para receber a todos. De acordo com Louro (1997), a escola vem limitando espaços. Ela reafirma o que cada um pode ou não pode, ela separa e até discrimina.

Esta situação traz prejuízo aos adolescentes autores de ato infracional. Muitas vezes são estigmatizados pela própria instituição como aluno-problema, sofrem preconceitos dos adultos que levam seus filhos à escola e até dos colegas de classe.

A escola precisa se adequar à realidade que ora se apresenta. O preconceito e a discriminação nas instituições de ensino tem provocado evasão escolar entre os adolescentes em situações diferenciadas.



Fonte: Pesquisa realizada no Programa pela estagiária Cristiane Nitsche Timbó, julho/2004.

Gráfico 5: Adolescentes e o Uso de Entorpecentes:

Nove dos adolescentes entrevistados já fizeram ou fazem uso de drogas. Dois assumem que continuam e não desejam parar. Portanto, mais da metade dos adolescentes são usuários ou já fizeram uso de entorpecentes. O consumo de drogas está relacionado, muitas vezes, à prática de ato infracional. Nem sempre um adolescente autor de ato infracional é usuário de entorpecentes, mas geralmente um adolescente usuário de drogas tem mais probabilidade de cometer um ato infracional.

No Brasil, nas últimas duas décadas o tráfico e o consumo de drogas tiveram um significativo aumento, isto devido, entre outros fatores, às crises econômicas, falta de políticas adequadas para pleno emprego e a ausência de política nacional antidrogas. De 1987 a 1997 os estudantes de ensino médio fundamental passaram a consumir seis vezes mais maconha. A droga é o item mais lucrativo de um negócio, gera US\$ um trilhão por ano. A fim de colaborar para a diminuição do consumo de drogas entre os adolescentes é importante estimular a discussão para que entendam os efeitos nocivos do consumo, dentre os quais o encurtamento da vida⁸.

De acordo com Sposati (1999), o crescimento do uso de entorpecentes é uma das situações que expressa o resultado da exclusão social. Esta por sua vez, refere-se a uma “condição de privação coletiva que inclui a pobreza, discriminação (classe, gênero, raça), subalternidade, a não-equidade, a não acessibilidade, a não-representação pública”(SPOSATI, 1999, p. 67).

Observamos que realmente tem crescido o número de consumo de drogas nas cidades. O tráfico tem sido expandido a todas as localidades e vem devastando cada vez mais a vida das pessoas, trazendo violência e morte entre os adolescentes.

⁸ Fonte: www.abead.com.br

Os adolescentes pesquisados convivem com suas famílias, têm renda per capita superior à condição de miséria (de acordo com os critérios da LOAS), 67% trabalhando, 60% estudando (modificado no decorrer das intervenções) e 13% são usuários de entorpecentes. Portanto, de acordo com o perfil apresentado, o ato infracional nem sempre está relacionado exclusivamente à pobreza ou desorganização familiar.

Relatamos a seguir algumas ações desenvolvidas durante o período de estágio, com uma explanação do processo de trabalho do assistente social junto ao SAICA.

1.6 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO NA POLÍTICA INFANTO-JUVENIL

Decorrente das análises, torna-se prudente destacarmos o processo de trabalho do assistente social na efetivação das medidas sócio-educativas, por ser a área de atuação apresentada neste trabalho e campo da experiência de estágio, frisando o projeto ético-político explicitado através do Código de Ética da Profissão, que tem o compromisso com a democracia, a justiça social e o acesso aos direitos políticos e civis.

Segundo Iamamoto (1998), os instrumentos presentes no processo de trabalho do assistente social, que são comuns em todos os espaços ocupacionais destes profissionais são: os conhecimentos teórico-metodológicos, instrumental técnico-operativo e as condições institucionais. Os instrumentos de trabalho são para o Serviço Social o meio pelo qual as ações se materializam, e tornam o trabalho efetivado e especializado. O que unifica a profissão é o conjunto de conhecimentos e habilidades, ou seja, o fazer profissional, que significa o processo de trabalho⁹.

⁹ Relação exposta pela Profa. Edaléa M. Ribeiro, na aula de Processo de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação, em 02/03/2005.

Explanamos e especificamos a seguir os instrumentos utilizados no Programa de medidas sócio-educativas de Timbó.

1.6.1 Conhecimentos teórico-metodológicos

Os conhecimentos teórico-metodológico constituem-se num conjunto de conhecimentos que iluminam a leitura da realidade e norteiam à ação profissional (IAMAMOTO, 1998).

Portanto, a atuação profissional deve estar respaldada à luz dos princípios, das normas, das diretrizes e leis efetivados a nível Federal, Estadual e Municipal.

Com a consolidação da política voltada à área juvenil, podemos vislumbrar o vasto campo de material teórico-metodológico à disposição dos profissionais.

Na esfera dos direitos aos adolescentes autores de atos infracionais, os Programas devem valer-se do “princípio da incompletude institucional”, que, de acordo com Volpi (1999, p. 21), significa a utilização do maior número de serviços disponíveis: “saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, etc”, e todos estes devem ser utilizados pelos profissionais que atuam na política setorial, a fim de nortear a intervenção.

Podemos destacar algumas leis, que nos auxiliam: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, Código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/93, Lei da Seguridade Social nº 8.212/91, Lei da Previdência Social nº 8.213/91, Lei da Saúde nº 8.080/90, Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, Norma Operacional Básica (NOB) de 1999, etc.

A Constituição de 1988, fruto das mobilizações populares, representou um avanço na esfera dos direitos, e no que tange à criança e ao adolescente, foram positivados no capítulo VII, nos art. 227 e 228 uma nova dimensão aos direitos infanto-juvenil. A partir desta

lei, hierarquicamente considerada como a principal, foram regulamentadas outras leis a fim de acrescentar definições específicas de cada área: assistência, saúde, educação, entre outras. No que concerne à população de crianças e adolescentes foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que rompeu com a concepção prevista no Código de Menores de 1979, da condição do “menor em situação irregular” e ditou conceitos inovadores com a doutrina da proteção integral.

As leis como o ECA, as leis orgânicas, entre outras, são ferramentas essenciais para o profissional e atualmente é impossível trabalhar no município sem conhecer a legislação e as dificuldades para implementá-las.

Portanto, é profícuo o conhecimento profundo das mesmas, que estão configuradas na perspectiva da descentralização dos serviços, partilha de poder, através da formação dos Conselhos de Direitos e na garantia dos direitos sociais.

Constituem-se também, como meios e instrumentos teórico-metodológicos, as pesquisas científicas e a gama de conhecimentos obtidos no processo de formação acadêmica do profissional, onde são aprendidos conhecimentos de várias áreas como a Antropologia, a Psicologia, Sociologia e do próprio Serviço Social que auxiliam na interpretação da realidade e a modelação da intervenção.

Os instrumentos teórico-metodológicos dão os subsídios e a base de sustentação da ação profissional .

1.6.2 Instrumental Técnico-Operativo

Os instrumentais técnico-operativos referem-se aos instrumentos que o profissional utiliza para efetuar suas ações, como entrevistas, observações, visitas domiciliares, estudos sociais, perícias sociais, etc (IAMAMOTO, 1998).

Os instrumentos técnico-operativos utilizados para a intervenção com os adolescentes autores de atos infracionais são indispensáveis para a concretização da intervenção. Eles são o meio de colocar em prática os conhecimentos aprendidos, viabilizando direitos, promovendo ações sócio-educativas e reinserindo os adolescentes no meio social, escolar, profissional, entre outros.

Explanamos a seguir os principais instrumentos de trabalho utilizados pelos profissionais do Programa de medidas sócio-educativas do município em seu cotidiano a fim de efetivarem sua prática profissional.

Visitas domiciliares

As visitas domiciliares são realizadas com a finalidade de conhecer a realidade dos adolescentes, que foram encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude a fim de iniciar o cumprimento das medidas sócio-educativas.

Várias observações são realizadas através das visitas, verificações sobre a dinâmica, organização e arranjos familiares, condições sociais, materiais, e conferência de informações repassadas, que servem como elementos para o diagnóstico social do adolescente.

As visitas se dão quando da inserção do adolescente no Programa, nos momentos de resistência ao cumprimento das medidas, nas fases de conflitos familiares, antes do encerramento da medida, quando solicitado estudo social para liberação de benefícios, para acompanhar o processo evolutivo do adolescente, para realizar convite para participação em grupos e outras atividades.

Durante o período de estágio curricular obrigatório a estagiária e a assistente social realizaram várias visitas domiciliares, com a finalidade de iniciar as medidas sócio-

educativas, outras para reiniciar os contatos e reintegrar o adolescente de volta ao Programa, verificações de conflitos familiares e acompanhamento de casos. Foram visitados cerca de trinta adolescentes, sendo que alguns foram visitados até quatro vezes, dependendo de cada situação peculiar.

Entrevistas

As entrevistas são instrumentos fundamentais para se trabalhar na concretização das medidas, podendo ser para o adolescente a porta de entrada para a sua recuperação ou para novos conflitos com a lei, pois o tipo de tratamento profissional dispensado vem influenciar na trajetória de vida dos mesmos.

De acordo com Menegasso (2004), a entrevista consiste em um diálogo entre duas ou mais pessoas com o intuito de entender, reconhecer ou verificar uma certa situação. Tal instrumento é utilizado quotidianamente pela assistente social, agendado sistematicamente com o adolescente, onde serão realizadas a partir do atendimento, a fim de verificar a situação do adolescente e registrar seus dados pessoais e sociais, analisar junto com o mesmo os aspectos salientes que deve definir como alvos para a sua recuperação e ainda realizar encaminhamentos para a prestação de serviço à comunidade. São definidas metas que o adolescente deve alcançar durante o cumprimento da medida, e realizada a reflexão junto com o mesmo sobre o ato infracional, suas desvantagens e a incitação para a ruptura. Ou seja, a entrevista é realizada de forma personalizada e serve para ampliar as possibilidades de atuação profissional.

Nesta fase da intervenção profissional, o assistente social deve levar em consideração a necessidade da criação de um vínculo do adolescente com o Programa, dando espaço para que o mesmo colabore no planejamento das atividades nas quais está sendo

inserido. Isto facilita a eficácia do cumprimento das medidas, torna o adolescente partícipe do processo educativo, fazendo-o sentir-se sujeito de direito e de escolha, expressando com mais liberdade suas necessidades, desejos, preocupações e tristezas, sendo mais fácil o reconhecimento dos fatores que contribuíram para o adolescente praticar o ato infracional e conseqüentemente colaborar na sua recuperação.

Portanto, as entrevistas são essenciais na execução das atividades do Programa.

Foram entrevistados no decorrer das atividades de estágio os 64 adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas.

Grupos de adolescentes

Organização e Coordenação de grupos sócio-educativos sobre vários temas sugeridos pelos próprios adolescentes. Os encontros foram realizados quinzenalmente durante o período de 22 de setembro a 01 de dezembro de 2004, com os seguintes temas: auto-estima, dependência química e recaída, sexualidade, conflitos da adolescência e espiritualidade, confraternização e encerramento com avaliação e sugestões para o próximo ano.

O Grupo sócio-educativo de acordo com Afonso (2003), tem caráter fundamentalmente educativo, possibilitando aos participantes do grupo sanarem suas dúvidas com respeito à problemática em questão. Tem a finalidade de ampliar o nível de reflexão e conscientização sobre determinada questão, previamente determinada.

O desígnio principal ao se promover o trabalho com grupos de adolescentes deu-se com a finalidade de fazê-los refletirem sobre o período peculiar de desenvolvimento em que se encontram, o reconhecimento da necessidade da ruptura com o ato infracional, e impulsionar o desejo da construção de um novo projeto de vida.

Os temas a serem abordados nos encontros foram elaborados e embasados nas sugestões dos adolescentes, selecionados através da pesquisa de opinião dos mesmos. Assim, foi possível realizar um processo de construção das temáticas em conjunto, tornando-os partícipes das decisões direcionadas a eles.

Realizamos contatos com profissionais de cada área específica dos assuntos para coordenarem os grupos. Os profissionais agentes da aplicação dos grupos, além da equipe do SAICA foram: uma terapeuta ocupacional de Timbó, um coordenador dos Grupos de Alcoólicos Anônimos da Cidade de Blumenau, a Presidente e uma psicóloga com especialização na área sexual, do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA) de Florianópolis, e um teólogo, professor do Colégio Adventista da cidade de Indaial.

Os encontros foram realizados em diferentes locais, a fim de haver maior satisfação e confraternização entre todos os participantes. Realizaram-se no Jardim Botânico de Timbó, na sala de reuniões do CAPS e na Fundação Cultural. Para os adolescentes chegarem ao local estipulado o carro da Prefeitura Municipal e do SAICA pegavam os mesmos no Programa e os levavam até o destino esperado.

Com o intuito de visar uma maior participação por parte dos adolescentes nos grupos, semanalmente a estagiária entrava em contato com familiares e com os próprios adolescentes incentivando a participação nos encontros. O desejo era de contar com a integração de todos, porém, um grande número de adolescentes não compareceram. Alguns não puderam participar de todos os encontros devido ao horário de trabalho, outros não apresentavam interesse e relatavam não gostar de participar de grupos e ainda outros resistiram influenciados pela dependência química, pois encontravam-se regularmente sob efeito de drogas. A média de participação variou de 15 a 20 adolescentes por encontros, com relação ao universo total de 28, sendo que alguns destes participantes, eram inseridos no Programa, entre o período posterior ao levantamento inicial da situação.

No encerramento dos trabalhos em grupo, no dia primeiro de dezembro de 2004 realizamos uma confraternização com os adolescentes. Presenteamos-os com um Kit escolar, um caderno, um lápis, duas canetas, uma borracha, uma cola e um apontador. Também receberam uma barra de chocolate. Prestigiamos quatro adolescentes que participaram de todos os encontros de grupo com um kit DOVE que continha um sabonete, um xampu, um condicionador e uma cueca. Os recursos disponíveis para a compra desses materiais foram do convênio firmado entre Promotoria Pública de Timbó e a Secretaria do Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, através do Departamento de Justiça e Cidadania e ainda de algumas doações de empresas privadas.

Através desses grupos os adolescentes criaram certo vínculo entre si e com os profissionais do SAICA que estavam sempre envolvidos na execução. Como os encontros eram quinzenais e proporcionaram momentos de debates e de distração tornou-se menor a distância entre adolescente e profissional executor da medida. Vários atendimentos personalizados foram realizados pela estagiária oriundos de observações e orientações dos profissionais envolvidos. Através das entrevistas e contatos realizados pelos profissionais envolvidos nos trabalhos em grupo foram identificados nos adolescentes necessidades individuais, problemas de depressão, problemas familiares, dentre outros a serem trabalhados no decorrer do período da medida. Esses adolescentes foram encaminhados a profissionais ou locais em busca de tratamento e contou com atendimentos mais frequentes pelo Serviço Social.

Realizamos uma avaliação com os nove adolescentes presentes no último encontro, através do preenchimento de um questionário individual (Apêndice III), onde os mesmos registravam seus conceitos (de 0 a 10), sobre a organização dos encontros, sobre os assuntos que foram abordados, se sentiram-se satisfeitos em participar, se gostariam de continuar e ainda pedindo sugestões para o próximo ano. Percebemos a satisfação dos

mesmos pela participação nas atividades. Os conceitos foram de 8,5 a 10 nos dois primeiros itens, todos sentiram-se satisfeitos pela participação, dois responderam que não tinham mais o interesse em participar e todos sugeriram várias outras atividades, como teatro, futebol, jogos, trabalhos em grupos e palestras. Constatamos que o espaço e tempo dedicados a trabalhos grupais são benéficos em sua ação e contribuem significativamente para a execução de medidas sócio-educativas condizentes com seu objetivo central, que é a mudança da concepção do ato infracional.

Averiguamos que após as ações e trabalhos em grupo desenvolvidos, o índice de adolescentes reincidentes ao ato infracional baixou de cinco para três, de acordo com os levantamentos realizados no processo inicial e final do estágio, nos remetendo a crer que as medidas sócio-educativas, quando aplicadas, produzem resultados positivos.

Relatório de produtividade mensal dos atendimentos e intervenções

Com o intuito de mensurar o trabalho da estagiária e da assistente social, são realizados através de documentação em relatório o registro de todos os tipos de atendimentos diários (Anexo E). A documentação, conforme CASSAD (1995, p. 34), “pode ser uma base empírica de especial relevância na produção de conhecimentos, além de demonstrar, com certa fidelidade, o estado em que se encontra a prática profissional”.

No final de cada mês as profissionais realizam um balanço das atividades e preenchem uma ficha de produtividade mensal (Anexo F), onde são registrados todos os atendimentos, despesas mensais, demandas por bairro e número de visitas realizadas. Tais fichas colaboraram para a sistematização de todos os atendimentos, dando subsídios ao Programa, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Divisão de Serviço Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente para destino de recursos e identificação de

problemáticas a serem trabalhadas por bairro, e avaliação sobre as necessidades e análise dos resultados alcançados pelas intervenções.

Reuniões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

A assistente social é membro do Conselho Municipal e participa mensalmente das reuniões promovidas, objetivando discutir as necessidades e prioridades no atendimento à criança e ao adolescente. Através das reuniões são deliberadas decisões que definem políticas para a execução do município, através do SAICA, contribuindo na efetivação de direitos de crianças e adolescentes.

Reuniões do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

São também realizadas reuniões mensais com todas as assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social no CRAS, objetivando discutir e nortear as ações da Assistência Social do município, os procedimentos a serem adotados, as diretrizes dos atendimentos e a integração entre as profissionais que atuam nas diferentes áreas socioassistenciais: idoso, mulher, criança, plantão social, saúde, dependência química e saúde mental. Tais reuniões possibilitam aos profissionais a realização de troca de informações, colaborando para o desenvolvimento de um trabalho em parceria. Caracteriza-se num momento rico para reflexão sobre o andamento das atividades gerais oferecidos à população na esfera da Assistência Municipal.

Relatórios de casos

Tal instrumento, exigido no ECA, art. 119, inciso IV, visa informar a autoridade Judiciária sobre o andamento das atividades que estão sendo desenvolvidos e o comportamento do adolescente e se estamos atingindo ou não os resultados esperados. O Programa envia relatórios sobre a situação de cada adolescente mensalmente, descrevendo sobre o andamento da medida, solicitando providências a casos com muita resistência, a extinção da medida quando esta foi cumprida integralmente, etc.

Preenchimento de ficha de referência e contra-referência

Este instrumento é realizado quando se deseja encaminhar o adolescente para outros serviços disponíveis, sejam eles da Assistência ou da Saúde. A estagiária ou a assistente social quando desejam encaminhar o adolescente para as Unidades de Saúde, ou para os outros serviços oferecidos pela Assistência Social preenchem uma ficha (Anexo G) destinada ao profissional responsável pelo setor, encaminhando o usuário para o devido atendimento. Muitas vezes, são realizados contatos telefônicos aos responsáveis a fim de garantir a viabilidade do encaminhamento, concretizando-o por escrito e enviado através do usuário. Nesta ficha também consta um campo de contra-referência, que possibilita o repasse de informações sobre o atendimento prestado e novos encaminhamentos.

O Programa realizou alguns encaminhamentos para os serviços da Assistência e da Saúde para atender as necessidades dos adolescentes, incluindo, muitas vezes, não somente a demanda do adolescente, mas abrangendo as necessidades da família.

Estudos sócio-econômicos e pareceres sociais

São realizados a fim de encaminhar os adolescentes para Centros de Recuperação de Drogas, a fim de custear a internação na Instituição requerida, através dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

A liberação do benefício obedece a alguns critérios de aspecto econômico estipulados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, mas são avaliados também a situação da composição, organização familiar, e a problemática em questão.

Durante o período de estágio não houve o encaminhamento de nenhum adolescente para Centro de Recuperação.

1.6.3 Condições Institucionais

As condições institucionais são os meios financeiros, técnicos e humanos para a concretização do trabalho, que independem do profissional, e dependem dos recursos financeiros e organizacionais fornecidos pelas entidades empregadoras (IAMAMOTO, 1998).

As condições institucionais constituem-se no Programa da disponibilidade da estrutura física por parte da Prefeitura Municipal, que por questões de espaço, no período de estágio funcionava nas dependências do CAPS, contando com quatro salas para uso dos profissionais, tendo ainda a recepção, a sala de reuniões, e uma cozinha, onde duas cozinheiras preparavam o almoço para os internos do CAPS, acessível aos adolescentes quando necessário.

Os recursos financeiros do Programa são provenientes da Prefeitura Municipal e do convênio firmado entre Promotoria Pública com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, através do Departamento de Justiça e Cidadania.

Os recursos materiais disponíveis são três computadores, mesas, cadeiras, armários, arquivos, materiais de expediente e um carro.

Com relação aos recursos humanos o SAICA conta com uma assistente social, uma psicóloga, uma estagiária e uma auxiliar administrativa.

O Programa trabalha articulado com o Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e com o SAICA, que desenvolve outros Programas absorvendo também a demanda do adolescente autor de ato infracional, através de encaminhamentos a cursos profissionalizantes, Centro de Recuperação para Dependentes químicos, problemas relacionados a abuso sexual e exploração infanto-juvenil, etc.

As parcerias realizadas fora dos limites da Instituição são com a Organização não Governamental (ONG) Timbó sem Drogas, com a Fundação Cultural, Escolas, APAE, Horto Florestal, Hospital Hans Muller, Casa da Cidadania, etc, que vêm auxiliando no atendimento das demandas apresentadas, pois constituem-se em formas de ampliação dos serviços.

Considerando as condições institucionais e após relatada a realidade do Programa de medidas sócio-educativas, podemos perceber que o assistente social necessita dos meios financeiros, técnicos e organizacionais da instituição para a concretização de seu trabalho, e que de acordo com Yamamoto (1998, p. 63) “molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira”. A autora frisa ainda que esta condição não deve ser conceituada como um impasse ao assistente social, mas como uma possibilidade de espaço ocupacional, que garante ainda uma certa autonomia no seu fazer profissional, pois dispõe dos instrumentos característicos da profissão, que o distingue dos demais e conseguinte, insere-se na esfera da relação “compra e venda da força de trabalho” (IAMAMOTO, 1998, p. 67), sendo produtora de trabalho material objetivo e social subjetivo.

O trabalho material consiste, de acordo com Yamamoto (1998), quando se dá acesso a uma cesta básica, um óculos, uma prótese dentária, um caderno no caso dos adolescentes, ou seja, quando viabiliza o acesso a coisas materiais aos usuários.

No caso do trabalho social, o assistente social intervém com os indivíduos na esfera de seus valores, comportamentos e culturas, que tem um objetivo subjetivo, que repercute na “criação de consensos” sobre determinado assunto e posição dentro de uma empresa ou na sociedade, que constituem-se como fundantes na vida social (IAMAMOTO, 1998, p. 63).

Desta forma, o trabalho do assistente social insere-se de maneira diferenciada de outros profissionais, com instrumentos que lhe confere certa autonomia no espaço ocupacional, com seus limites diretamente relacionados com a competência e a ética. Portanto, o trabalho profissional do assistente social encontra-se dentro da realidade e esfera produtiva com a operacionalização de instrumentos característicos que contemplam suas funções.

A intervenção profissional implica no reconhecimento de seu objeto de trabalho e no conhecimento da realidade em que atua. Yamamoto (1997), destaca que o objeto de trabalho do assistente social são as questões sociais e suas múltiplas expressões. Estes objetos abrangem a demanda de crianças e adolescentes, idosos, relações do trabalho, pobreza, miséria, desigualdade social, etc. E independente da área em que se encontre este profissional, é latente a associação de seu objeto com a realidade ao qual está inserido, para se atuar de maneira condizente com o que pretende atender.

Outrossim, de acordo com Silva e Silva (1995), as atribuições do Serviço Social seguem uma determinação histórica, pois acompanham o processo das relações sociais e capitalistas.

Na contemporaneidade é evidente o avanço do sistema neoliberal e a desresponsabilidade estatal e as mudanças no mundo do trabalho. Tais transformações trouxeram situações como flexibilização das relações trabalhistas, terceirização, desigualdades sociais, acentuada concentração de riquezas, entre outras, que exigem um novo perfil do profissional de Serviço Social.

O Estado tem transferido sua atuação e poder para o mercado e as ações sociais são de caráter focalistas e clientelistas, direcionando no arcabouço legal regras para o atendimento restrito a camadas mais vulneráveis da população.

Segundo Komeyama: “O Estado é mínimo para o social e máximo para o capital na medida em que se torna o promotor da competitividade e o indutor da desregulamentação das relações de trabalho (1999, p. 201).”

A partir do sistema neoliberal, com ditames voltados à subordinação da reprodução do capital, as conseqüências comprometem todas as relações sociais, agravando as questões sociais e as formas de enfrentamento.

E o Serviço Social, diante de tais metamorfoses societárias relacionadas ao sistema capitalista de produção, com sua lógica pautada na restrição das ações sociais, enfrenta uma provocação. Conforme Iamamoto (1997), é um momento de desafio para o assistente social a se qualificar a fim de se atualizar, entender, explicar e acompanhar as transformações na realidade social para que seja possível uma atuação com competência em todas as questões, sejam elas novas ou não.

O campo de atuação profissional tem requerido não apenas a qualificação para a execução de políticas sociais, mas a competência para a avaliação e elaboração dos serviços públicos, que venham a atender as novas necessidades sociais apresentadas. O assistente social também passou a ser requisitado para trabalhar no campo empresarial e da sociedade

civil através das ONG's, por vias da refilantropização das ações para o combate das questões sociais.

Acompanhando tais mudanças da sociedade, a profissão foi regulamentada através da Lei nº 3552 em 1957, e devido a transformações foi substituída pela lei nº 8662/93, e instituído ainda o novo Código de Ética, perpassando as necessidades de atualização face às transformações, expressando o projeto ético político da profissão, que diz respeito às ações voltadas com a defesa da cidadania e o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos dos indivíduos.

Ressaltamos que o Código de Ética da Profissão do assistente social, Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nº 273 de 13 de março de 1993, destaca como um dos princípios fundamentais o “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

O assistente social pautada nas leis atribuídas à profissão e às legislações vigentes do País deve concentrar sua competência profissional em prol da busca dos direitos sociais de cada indivíduo. Essa atuação deve ser desempenhada sem atitudes discriminatórias, divisão de classes ou omissão ao usuário de seus direitos legais, porém, estender os direitos sociais a todos os cidadãos.

De acordo com a lei que regulamenta a profissão do assistente social, nº 8.662 de 07 de junho de 1993 em seu artigo 4º, inciso III e IV é papel do profissional:

“III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”.

O assistente social, com seu projeto ético-político, expresso no Código de Ética, precisa executar seu trabalho através dos instrumentos disponíveis para o devido alcance dos resultados das ações.

Os resultados esperados quando na atuação profissional com os adolescentes autores de ato infracional são a ruptura com o ato infracional, a reinserção social e familiar, o acesso à escola, profissionalização, o cumprimento legal da medida, etc, e para isso deve valer-se de seus instrumentos de trabalho, contribuindo com o adolescente nesta fase de construção de sua identidade, período este, peculiar e único que influencia em toda a trajetória de vida do ser, repercutindo na esfera social.

É através destes três eixos metodológicos, com o aparato de conhecimentos científicos adquiridos, e a requalificação frente às mudanças da sociedade que os profissionais precisam superar os desafios, criar novas abordagens a partir da reflexão sobre a realidade social.

As políticas voltadas à área da adolescência fazem parte de uma agenda de prioridades no âmbito público, contando com o ECA e a Constituição para subsidiar as ações e promover o bem-estar e a garantia de direitos fundamentais desta demanda. Prioridades, subentendemos como sendo ações de caráter unanimemente primordial, então, nenhuma outra demanda política sobrepuja a de ações direcionadas ao adolescente. Sobretudo, eles são alvos das desigualdades sociais e da exclusão social, tornando-se necessárias ações de caráter efetivo de proteção integral.

O capítulo dois enfocará a temática do adolescente autor de ato infracional, alguns determinantes colaboradores para o desencadeamento de tal prática, com ênfase na afirmação da identidade, com exposição de relatos e análises sobre adolescentes que participam no Programa de medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida do município de Timbó .

2 O ATO INFRACIONAL E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ADOLESCENTES

2.1 A ADOLESCÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

Neste capítulo abordamos os principais aspectos conceituais referente à temática da adolescência e a construção da identidade de gênero, explanamos sobre a influência da família e da sociedade e a afirmação da identidade como alguns determinantes ao ato infracional dos adolescentes. Pretendemos com esta análise contribuir para o Serviço Social, na medida em que apontamos estes parâmetros como possíveis causas de tal comportamento, o que vem a repercutir na escolha da abordagem e no planejamento de novas formas de enfrentamento da questão.

O ECA e a Constituição, em consonância com a Convenção sobre os direitos da criança, adotada pela ONU e subscrita pelo Governo Brasileiro através do Decreto Legislativo nº 99.710 de 20 de novembro de 1990, vieram a revolucionar o conceito de adolescência, frutificando uma nova concepção no que tange à consideração do adolescente como pessoa em desenvolvimento, com direito à proteção integral e prioridade de atendimento, sendo ainda responsabilidade da família, da sociedade e do Estado a garantia dos direitos fundamentais inerentes¹⁰.

Parafraseando Albergaria (1991) apud Liberati (2000), “a infância é o período decisivo em que se desenvolve a pessoa humana. A socialização que se inicia na infância prossegue na adolescência para a aquisição da consciência moral”. Portanto, faz parte de um período da vida de transição da idade infantil para a adulta.

Torna-se profícuo distinguir a diferença entre o termo puberdade e adolescência. De acordo com Palácios (1995), puberdade inclui as mudanças físicas que transformam o

¹⁰ fonte: www.ambito-juridico.com.br

corpo infantil em adulto e o capacita para a reprodução. Este é um fenômeno universal e biológico e as mudanças são corporais, devido a produção de hormônios.

Com relação a adolescência, o autor enfatiza que é um período psicossociológico, referente aos aspectos sociais e de personalidade. Também se caracteriza pela passagem entre a infância e a adultez, sofrendo porém variações decorrentes da cultura e do momento histórico, sendo a adolescência dependente do local e da época em que vive o adolescente.

Então, na puberdade as mudanças são físicas. Algumas transformações no corpo dos meninos são o crescimento de pêlos na face, mudança da voz, alargamento dos ombros, e nas meninas ocorrem o crescimento das mamas, o alargamento dos quadris, a menarca (primeira menstruação), etc. Na adolescência, inclui não apenas as mudanças físicas, mas as de aspectos sociais e de personalidade e busca da identidade.

As modificações no corpo no período da adolescência, fenômeno natural do ciclo vital, face a produção dos hormônios sexuais, trazem consigo uma mudança no próprio eu. Nesta fase, segundo Goldberg (1997?), a construção do autoconceito é uma das primordiais tarefas. A autora destaca que este é um momento essencial para a estruturação da identidade, pois é neste período que ela se encaminha para um certo perfil.

A identidade consiste no núcleo da pessoa, e envolve a representação a respeito de si mesmo e o seu desenvolvimento está associado a história de vida do adolescente (Kaplan, 1984, Apud Fierro, 1995).

Para Erikson (1963) apud Goldberg (1997?), dentro dos estágios do desenvolvimento humano o adolescente de 13 a 18 anos encontra-se no período de busca da identidade e confusão de papéis.

Destaca que existe uma confusão resultante da profusão de papéis que estão à disposição do adolescente nesta idade. A “normalidade” de suas escolhas é definida em termos pela sociedade e pela cultura, assim como do período histórico vivenciado.

Assim, verificamos que o adolescente, sofre influência de seu meio sócio-cultural e familiar para construir sua identidade. Por vezes deve se perguntar no início de sua fase juvenil: Quem sou eu? Esta pergunta o adolescente responde a si mesmo na medida em que se espelha e interpreta a realidade a sua volta.

[...] simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade subjetiva. Em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade. Contudo o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. [...] (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 173,174)

Assim verificamos que identidade de gênero e adolescência estão intimamente relacionadas. É uma construção moldada a partir da influência da família ao qual está inserido e da sociedade em que vive, pautados no momento histórico vivenciado.

Em nossa sociedade ocidental, vivenciamos a presença marcante e singular dos adolescentes como pessoas que precisam apreender a realidade a sua volta, estudar, se prepararem para atividades laborais, manterem relacionamentos com outros em atividades afins e se submeterem às orientações de seus responsáveis. Das adolescentes meninas, a sociedade espera que participem de balé, danças, artes, atividades manuais e auxílio nas atividades domésticas. E aos adolescentes do sexo masculino a sociedade direciona papéis contrapostos como, futebol, lutas de karatê, judô e longe da contribuição nas tarefas do lar. As meninas, desde a mais tenra idade, são tratadas com laçinhos rosas em seus cabelos, vestidas com roupas rosas, e educadas cheias de cuidados e delicadezas. Em contrapartida os meninos, são vestidos com roupas azul, branco, verde, sem muitos detalhes. E assim, desde que viemos ao mundo, nossa identidade é construída a partir da definição dos outros, que vem a fixar nosso papel na sociedade.

Neste contexto surge o conceito de gênero. Esta temática perpassa pela questão biológica, que determina as diferenças sexuais. Mas, vem a considerar sobretudo os papéis

socioculturais e determinados a homens e mulheres, que implicou historicamente na submissão da mulher pelo homem.

Então, gênero vem extrapolar a concepção da esfera fisiológica, mas destaca os papéis desempenhados pelos sexos masculino e feminino, a partir da influência sociocultural.

O gênero se realiza culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural (CASTRO, 1991, p. 46).

Vale ressaltar que as relações de gênero estão imbricadas em todas e quaisquer relações sociais, quer trabalhistas, classistas, étnicas, domésticas, pois permeiam todas as atitudes dos homens e das mulheres. E por sua vez, vem a perpetuar as funções que estruturam a vida social e dos indivíduos, sejam ele adultos, crianças, juvenis e adolescentes. Com relação aos adolescentes, por serem nosso principal objeto de estudo, podemos compreender que desempenham regras, imbuídas de representação simbólica que buscam ir ao encontro da concepção de masculinidade aprendida desde o nascimento. Todo indivíduo vive num contexto social, com duas esferas cotidianas, a pública e a privada, e ambas vem apuradamente mantendo as ambíguas posturas entre homens e mulheres.

De acordo com Scott (1991) apud Lisboa (2003), podemos perceber quatro eixos de análise desta questão, que vão repercutir na construção do gênero e da identidade dos indivíduos:

- Os símbolos culturalmente disponíveis numa sociedade que “evocam representações simbólicas”: homem viril, corpo musculoso, carro da moda, cerveja, cigarro... e mulher suave, meiga, corpo escultural (magreza).
- Os conceitos normativos, ou seja, as doutrinas (religiosas, educativas, jurídicas, políticas, científicas, etc.) que expressam interpretações dos significados dos símbolos; juridicamente homem público é aquele que se destaca através de um cargo político e mulher pública é a prostituta...
- As instituições sociais, a organização social e econômica (o que inclui o mercado de trabalho, a educação e o sistema político, etc.);
- As identidades subjetivas, “as formas pelas quais as identidades masculinas e femininas são construídas pelos sujeitos. (SCOTT apud LISBOA, 2003, p. 29)

Portanto, a autora destaca que estes papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade são frutos do processo de socialização das pessoas.

Conforme Grossi (199-?) podemos comparar papéis de gênero com o papel desenvolvido por uma pessoa em uma peça teatral. São os comportamentos desempenhados pelas pessoas que variam de acordo com a cultura e o contexto histórico.

Portanto, os papéis de gênero não são intrínsecos ao sexo biológico, pois variam de acordo com a inserção da pessoa num determinado lugar e momento histórico. O papel de gênero não é pressupostamente determinado, mas construído a partir da interiorização e apreensão do mundo social como realidade objetiva.

Estas convicções mudam conforme a sociedade no decorrer da história.

Um guerreiro indígena americano usava o seu cabelo comprido e sentia-se masculino; um prussiano afirmava sua masculinidade usando seu cabelo bem curto. A masculinidade não é medida pelo comprimento do cabelo, mas pela convicção da pessoa de que o cabelo comprido ou curto é masculino (STOLLER, 1993 p. 28).

Podemos constatar que conforme Stoller (1993), a pessoa obtém estas convicções a partir das atitudes dos pais, especialmente na infância, sendo as atitudes dos filhos moldadas pelos pais, e tais atitudes são semelhantes a da sociedade como um todo, filtradas pelas personalidades idiossincráticas que são os detalhes da conduta própria dos indivíduos que educam.

Assim, podemos adentrar em uma outra definição associada à temática, o conceito de identidade de gênero, que significa de acordo com Grossi (199-?), “a constituição do sentimento individual de identidade” e que vai definir a identidade de gênero. Segundo Stoller, “é mais fácil mudar o sexo biológico do que o gênero de uma pessoa” (1993, p. 29). O autor, relata que uma criança até os três anos de idade aprende a ser menino ou menina, quando da passagem do complexo de Édipo e aquisição da linguagem. Destaca ainda que esta

é uma ocasião privilegiada para a formação do simbólico, devido o momento de ligação através da linguagem. Cita também que todos possuem um núcleo de identidade de gênero, que:

[...] é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta “massa de convicções (STOLLER, 1993, p. 29).

Então, em cada indivíduo que nasce e se desenvolve, vão se formando convicções principalmente a partir da educação e influência dos pais. No decorrer das experiências vividas, novas convicções podem ser acrescentadas e repercutirão na construção da identidade deste indivíduo, mas dificilmente a ponto de modificar toda a estrutura do ser.

Não é por coincidência que viemos abordar tal assunto, destacando o fato de que 100% dos adolescentes atendidos no Programa no SAICA são do sexo masculino.

O entendimento deste dado deve ser considerado a partir de uma análise sobre os fatores externos que vem influenciando na construção da identidade do adolescente. O mesmo encontra-se dentro de um contexto sociocultural e sofre influências deste meio na definição de sua identidade. No início da vida do indivíduo as relações acontecem com os pais, familiares, e quando na fase da adolescência, ocorre a busca da identificação com outros da mesma idade para auto afirmação. Essas influências por sua vez repercutem em suas crenças, suas convicções e seus costumes, expressas em diferentes atos e escolhas no decorrer da vida, podendo gerar conflitos ou prejuízos para o adolescente. Então a infração constitui-se como resultado de algumas situações. De acordo com Wanderley e Mestriner (1999):

O problema se coloca na fase antecedente da infração, nas causas que gradativamente vão se somando na relação do adolescente com sua família e o meio social em que vive, e em suas contingências escolares, profissionais, econômicas e outras. (WANDERLEY; MESTRINER, 1999, p. 2)

Analisando esta situação, constatamos que a maioria dos adolescentes que cumprem medida no Programa, quando questionados sobre o que o levou a cometer o ato infracional, responderam que foi por motivo de influência dos amigos. Podemos analisar essa situação através do depoimento de um adolescente que chegou ao Programa:

“eu nunca furtei e não desejava, mas estava com meus colegas e eles planejaram furtar um mercadinho. Pediram para que eu distraísse a moça do caixa enquanto eles roubavam. Então, fiz como eles me falaram, pois não queria que eles me chamassem de bobo ou molenga” T. A . B . (2005)

O depoimento deste adolescente vem ao encontro de uma realidade vivida por muitos adolescentes na sociedade. Os homens precisam afirmar sua identidade, assim como as mulheres, tal necessidade se configura muitas vezes na expressão do poder e da força, a partir da violência em suas diferentes formas, sendo isto para eles símbolo de masculinidade.

Tal necessidade desemboca muitas vezes em atitudes violentas, atos ilícitos e exposição aos perigos, que na verdade passam a revelar um sinal de fragilidade do sexo masculino.

As estatísticas evidenciam a fragilidade da identidade masculina:

Na América do Norte 85% da violência criminal é produzida por homens. Problemas com álcool e drogas: quatro homens para cada mulher, suicídios: três homens para cada mulher. Na escola primária: quatro meninos para cada mulher. Na escola primária, quatro meninos para cada menina têm problema de aprendizado; há também problemas de hiperatividade, hiperansiedade, incontinência noturna, dislexia; e outros mais graves, como esquizofrenia e autismo, que são encontrados com mais frequência entre homens do que entre mulheres (CORNEAU, 1995, p. 45).

De acordo com a pesquisa apresentada podemos interpretar que o homem e a mulher acabam sendo prejudicados com os estereótipos construídos pela sociedade, e a suposta força masculina, acaba por levá-los a uma fragilização social.

Correlacionando a situação e remetendo para a realidade do adolescente autor de ato infracional, subjaz que os mesmos também passam pelo processo de fragilização. Muitas vezes, o ato infracional serve como mecanismo de demonstração de poder, o que vem a servir como “atestado de masculinidade” para si, para seus amigos e até para a própria família.

Vale salientar o que vem a ser o papel masculino imposto pela sociedade de acordo com Chin, Ficarrotto e Harrison apud Oliveira (1998), apoiados em Branon, destacando quatro necessidades básicas que concretizam o papel masculino nas sociedades ocidentais contemporâneas:

1) a necessidade de ser diferente das mulheres; 2) a necessidade de ser superior aos demais; 3) a necessidade de ser independente e auto-confiante; e 4) a necessidade de ser mais poderoso do que os outros, através da violência, se necessário. Tais necessidades, segundo os autores, são incompatíveis com as demandas emocionais típicas de qualquer ser humano e pode estar aí a chave que talvez possibilitará explicar a somatização de problemas, causadora de tantas mazelas físicas. Exemplos disso: beber e fumar para parecer mais auto-suficiente, autônomo, sofisticado, superior. Acidentes de trânsito são muitas vezes o resultado de frutos de exibicionismo. Resultando então numa menor expectativa de vida e doenças (CHIN; FICAROTTO; HARRISON apud OLIVEIRA, 1998, p. 99)

Analisando todas as necessidades criadas ideologicamente para o sexo masculino, podemos perceber que estas distinções são complicadas de serem alcançadas pacificamente, já que requerem um jogo de poder. Os homens sancionados por esta diferenciação a ser alcançada, muitas vezes recorrem ao uso da força, de atos impensados e perigosos. As mulheres também incorporam os papéis de gênero presente na sociedade. Demonstram a suposta fragilização de força e agem com características que conceituam fazer parte de sua feminilidade.

Os adolescentes, por sua vez, demonstram atos que buscam manter a aparência de fortes, poderosos e independentes, ainda que seja por atitudes com riscos ou que envolvam atos de violência. Podemos considerar que a família, a sociedade e os fatores socioculturais,

contribuem para a prática do ato infracional entre os adolescentes, porque são eles que repassam aos mesmos as convicções relativas à masculinidade.

Nesta perspectiva, um aspecto importante dentro do contexto familiar é com relação ao papel desempenhado pelos pais. De acordo com Corneau (1995), os estudos sobre família revelam que os pais são fundamentais desde o início da vida, mesmo antes de a criança aprender a falar. Relata ainda que, para a criança, é importante o reconhecer-se nos pais, e ser reconhecida por eles para a construção de sua identidade. A criança precisa se identificar com pessoas iguais a elas. A criança nasce com um potencial de identidade que vai se desenvolvendo pouco a pouco, que emerge do interior, apoiado no exterior. Esse desenvolvimento se produz com maior ou menor facilidade, dependendo da condição familiar, social, e enfim em tudo que está ao redor.

Os homens têm suas fragilidades, mais ainda do que as mulheres, mas muitas vezes são reprimidos pela família, que se espelha na sociedade, com a idéia de que o homem não deve expressar seus sentimentos, pois isso seria sinal de fraqueza.

Assim sendo, é difícil imaginarmos uma sociedade sem conflitos e correlação de forças, já que constituem a gênese da construção social de seus membros.

Portanto, constatamos que a afirmação da identidade é um dos determinantes que contribuem para a prática do ato infracional entre os adolescentes do sexo masculino.

Não podemos descartar a idéia de uma adolescente do sexo feminino vir a cometer um ato infracional, porém, no nosso objeto de intervenção limitou-se a adolescentes do sexo masculino.

A seguir, iremos abordar como a influência da família e da sociedade constituem-se como determinantes do ato infracional dos adolescentes.

2.2 A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE JUNTO AOS ADOLESCENTES QUE COMETEM ATO INFRACIONAL

A família é por definição a essência da sociedade.
(VELHO, 1987, apud RIBEIRO, 1999, p. 43)

Todos nós nascemos e nos desenvolvemos no seio de uma família. Esta, por sua vez, faz parte de uma sociedade, num determinado período histórico, com uma cultura adotada como legítima, que vem a modular a vida de seus membros.

Todo o indivíduo percebe o universo ao seu redor e o traduz de acordo com a sua cultura. De acordo com Benedict (1972) apud Laraia (1986, p. 69), “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”. Assim, todos somos herdeiros de padrões culturais e de percepções que nos foram repassadas pelas nossas gerações anteriores, influenciadas pelo contexto atual que nos define preliminarmente o que é normal e o que consideramos anormal. Assim, se fixam muitas leis, costumes e crenças. E apesar de sermos todos iguais geneticamente, reagimos de maneiras totalmente distintas. Isso é definido de acordo com o meio sociocultural e histórico, como também as questões de gênero o são.

Assim, faz-se coerente dispor o conceito de família na atualidade, espaço privado permeado pelas influências da esfera pública.

De acordo com Miotto (1997, p. 120) a família é:

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

É certo que as características da família vem se modificando ao longo da história. Atualmente, o modelo esperado e mais aceito pela sociedade como ideal familiar é o nuclear, formado pela composição de pai, mãe e filhos que vivem na mesma casa. Porém, constata-se que este modelo de família está se tornando cada vez mais raro. De acordo com Miotto (1997),

a família também pode se constituir quando se encontram unidos num lar, num relativo período de tempo mais ou menos extenso, indivíduos sem laços consangüíneos. Relata ainda que a configuração da família tem se modificado no decorrer das influências da realidade social e cultural. As mudanças constituem-se com o menor número de filhos por famílias, mulheres ocupando mais tempo no mercado de trabalho, aumento da gravidez na adolescência, avanço da união legal e diminuição da união religiosa, aumento de famílias chefiadas por mulheres, famílias recompostas, maior número de divórcios e separações, aumento da expectativa de vida e dos cuidados com o parente idoso, bem como também maior número de pessoas que optam por viverem sós. Afirma que essas mudanças aconteceram devido a maior liberalização de hábitos e costumes (nova posição da mulher na sociedade e concepção de sexualidade), o avanço dos meios de comunicação e da pílula anticoncepcional e o modelo econômico assumido pelo governo que gerou a acentuação da pobreza, trazendo como conseqüência a migração do campo para a cidade, aumento no número de mulheres e crianças no mercado de trabalho e a ineficiência do Estado frente suas responsabilidades sociais.

Percebemos a família no cotidiano da realidade com certas fragilidades que, de acordo com Míoto (1997), consiste no embaraço com o cumprimento de suas tarefas básicas como a proteção e cuidado de seus membros, o choque de projetos pessoais e familiares entre pais e filhos e a contradição de um modelo de família pautado no passado com adaptações sofridas pelo presente. Enfatiza que a família caracteriza-se portanto, “não apenas como espaços de cuidado, mas espaços a serem cuidados”.

Tais mudanças implicaram na modificação da ocupação dos papéis dos indivíduos dentro da família e na sociedade. A mulher passou a ocupar significativamente maior espaço na vida pública e passou a ter liberdade de expressão em casa e na esfera social. Decorrente também do aumento dos índices de pobreza, os pais acabam por assumir ocupações

remuneradas durante todo o dia, a fim de prover o sustento e sanar a crescente dificuldade econômica. Esta situação vem alterando significativamente o relacionamento entre pais e filhos. Grande parte dos adolescentes ficam durante muito tempo sozinhos em casa, passam parte do tempo na escola, em outro momento na rua. Como a adolescência é um período conflituoso, cheio de curiosidades e embates, o jovem está em busca de desafios e definição de sua identidade, que serão modeladas via influências do seu meio, que por sua vez constituirão a fase da definição de papéis.

Nesta fase, de acordo com Luisi e Cangelli Filho (1997), os adolescentes buscam todo o tempo serem diferentes dos adultos e ao mesmo tempo não diferentes de seu grupo de amigos. Vestem-se com os mesmos trajes dos jovens de seu grupo, usam acessórios, falam gírias, cometem atitudes e fazem reivindicações iguais, como se fosse uma imposição intragrupal.

Segundo os autores, tais adolescentes rotulam suas mães de ridículas e vêem o pai como ultrapassados, o que requer dos genitores atitudes de renovação como por exemplo a mudança das vestimentas e estilo de vida. Os pais acabam por “adolescer” junto com seus filhos e este processo é denominado como segunda adolescência. Ainda de acordo com os autores, o pai muitas vezes entra numa academia ou pratica cooper, tornando-se mais próximo do ideário de homem que seu filho imagina como o normal, corpo atlético, musculoso e viril.

Todas essas relações exploradas pelo área da Psicologia, são permeadas pelo gênero, cultura e período histórico definido.

Levando em consideração os adolescentes atendidos no Programa de medidas sócio-educativas e suas histórias de vida, contexto familiar, cultura e percebendo a influência destes mecanismos sobre os mesmos, destacamos a seguir alguns relatos expressivos que indicam a relação com o ato infracional.

2.2.1 Do conflito de gerações ao conflito de valores

L. W., 17 anos, usuário de maconha, foi encaminhado ao Programa pelo Juizado da infância e Juventude por motivo de porte de drogas. O adolescente parou de estudar, não trabalha e fica na rua até altas horas da madrugada. Os policiais o pegaram junto com um indivíduo de vinte e um anos que trafica drogas na região. O infante compareceu para atendimento acompanhado de seus pais, que estavam em estado de desespero por descobrirem que seu filho estava envolvido com drogas. Seus pais num certo momento, entraram junto com seu filho para conversar com a assistente social e com a estagiária. Eles estavam muito apavorados, choravam sem parar, suplicando ao filho o motivo de tal comportamento. Seu filho permanecia com postura tranqüila, ereta e falava que *seus pais estavam exagerando e que a atitude deles era uma bobagem. Pediu para que eles parassem de encher o saco e de incomodá-lo*. Vale destacar que seus pais têm 53 e 55 anos e o menino os considera ultrapassados. Esta família, em seus arranjos, provê as necessidades básicas de seus membros. A renda mensal da mesma é de aproximadamente hum mil e quinhentos reais, sendo a composição familiar pelo pai, mãe e dois filhos adolescentes, dentre eles uma adolescente de vinte e um anos que terminou o segundo grau e está trabalhando. Os pais não se conformam, pois *trabalham para que não falte nada para seus filhos e L. W. não está reconhecendo isto*.

A intervenção profissional efetivada nesta situação foi a princípio a entrevista com o adolescente junto com seus pais, em seguida com o adolescente sozinho e ainda com seus pais sozinhos. Quando entrevistamos os três membros da família juntos, esclarecemos a princípio que o objetivo do cumprimento da medida era tão somente promover ao adolescente a reflexão sobre seus atos e o possível reconhecimento destes como prejudiciais para si e seus familiares para posterior rompimento com tais atos. Perguntamos aos pais o que aconteceu e os mesmos relataram *que seu filho foi pego com drogas, está viciado e já parou de estudar. Frisaram que o mesmo era um ótimo filho, mas de uns tempos para cá começou a*

“*desandar*”. Neste momento sua mãe chorava sentada ao lado do filho e seu pai se achava agachado ao lado dele também chorando e ambos lamentavam pela situação e pediam *pelo amor de Deus que ele parasse de usar drogas e “andar com aqueles maconheiros”*. L. W. ouviu seus pais e manteve-se com a cabeça erguida. Passamos a conversar com o adolescente, perguntamos como ele estava se sentido e esclarecemos que a partir daquele momento iríamos acompanhá-lo num período aproximadamente de um ano a fim de promover a reflexão sobre as escolhas que ele estava tomando e a trajetória que estaria escolhendo para sua vida. Começamos a preencher um questionário no qual constava os dados pessoais e alguns aspectos sobre o adolescente. L. W. respondeu sem problemas todas as perguntas e quando o perguntamos sobre o que o levou a cometer o ato infracional falou *que foi por influência dos amigos frente à descoberta do uso da droga. Gostou de fumar e não vê mal nenhum nisso. Disse que seus pais é que ficam incomodando-o sempre e cobrando muito dele.*

Apelamos ao adolescente que refletisse sobre esses atos, era um rapaz novo, bonito e que tinha muitas conquistas pela frente, que é bom ter amigos, mas temos que saber escolher as amizades, pois podemos nos envolver com problemas que atrapalham a nossa vida. Destacamos que o infante deveria retornar aos estudos para não se atrasar, pois há pouco tempo havia parado de estudar.

L. W. passa por um período conflituoso de descobertas, identifica-se com grupos de amigos em meio à vida social e tem desconsiderado os conselhos e preocupações dos pais. Este adolescente não agüentou as atitudes consideradas conservadoras de seus pais, que têm uma vida pacata e com estreitas fronteiras familiares e foi atraído pelo grupo de jovens com o qual supunha identificação pessoal e consenso na busca de sua identidade.

Apresentamos as alternativas que o Programa oferece ao jovem. Ele podia participar nos cursos de computação, judô ou karatê, mas o mesmo não apresentou nenhum interesse. Pedimos também se gostaria de passar um tempo numa Fazenda de recuperação

para dependentes químicos, mas não aceitou. A princípio não estava interessado em nada e queria mesmo era permanecer do mesmo jeito.

Pautadas no ECA, em seu art. 55, que apregoa a responsabilidade do Poder Público de recensear o ensino fundamental e art. 119, inciso II, onde destaca o encargo do executor da medida a promoção da matrícula em instituição de ensino regular do adolescente, esclarecemos ao mesmo a necessidade de retornar aos estudos. Inclusive estaríamos acompanhando de perto a frequência e o desempenho escolar. Também enfatizamos que deveria participar de algumas atividades em grupo de adolescentes e fazer-se presente para atendimento.

Este é um desafio para o Serviço Social, no sentido que engloba a conscientização da família sobre seu papel na criação de seus filhos adolescentes e as maneiras de lidar com as situações e se perceberem como um dos agentes do desenvolvimento infrator de seu filho.

Como profissional de Serviço Social, no momento da intervenção é importante adquirir a confiança dos adolescentes e criar um certo vínculo com os mesmos. Outros encaminhamentos no decorrer dos atendimentos ganham espaço, como inserção do adolescente em cursos profissionalizantes e em grupos de adolescentes onde desenvolvem-se temáticas pertinentes a esta faixa etária.

A situação de L. W. remete-nos para uma realidade de conflito, que coloca o adolescente descobrindo sua identidade num espaço de muitas escolhas. O que ele encontra dentro de casa é uma família que segue uma hierarquização, pautada na lógica do socialmente aceito como normal e decorrente disso, ignorando as peculiaridades com seus adolescentes e as necessárias adaptações exigidas nesta fase da vida. Os adolescentes vêm na rua um novo código de comportamentos, e o julgam como o mais correto e livre de repreensões e acabam conceituando os pais como ultrapassados. Essa condição, na maioria das vezes, remete a um rompimento de confiança do adolescente com seus pais, que deixa de procurar conselhos e

orientações da família e se espelha pelo que presencia na rua, num determinado grupo de supostos amigos. Evidencia ainda umas das fragilidades da família contemporânea, expressa por Mioto (1997), conforme já citado anteriormente, sobre o modelo de família pautada no passado com embaraço no cumprimento de suas tarefas.

Quando a mãe deixa seu filho adolescente chegar de madrugada em casa, beber à vontade ou procurar uma mulher para ficar, está reafirmando o papel social do homem.

Os meninos podem ficar nas ruas, mas não as meninas. Tem medo que as mesmas sejam violentadas, ou apareçam grávidas, etc. Constatamos através da entrevista com os pais de L. W. que eles já estavam acostumados a deixarem seu filho ficar na rua até altas horas da noite consideravam normal tal situação e só perceberam o problema quando foram convocados no Juizado da Infância e Juventude. Este é realmente um dado surpreendente que muito tem a ver com as concepções de afirmação da identidade masculina.

O adolescente quando descobre o universo da rua, identifica-se com outros rapazes e soma as convicções aprendidas em casa com as de seu novo grupo, transformando-as em desafios traduzidos, muitas vezes, através do uso de drogas, furto, vandalismo, dependendo da sua concepção de virilidade e do grupo ao qual está inserido. Buscam a afirmação da identidade. Nesta perspectiva, o adolescente passa da posição de violador para vítima, no sentido em que foi desde criança bombardeado por costumes impostos pelos pais, confirmados pela sociedade num todo, até na própria instituição de ensino, e explorado no período mais conveniente, quando na formação da identidade e da reformulação dos papéis. Então, em cálido sentido, pode ser considerado sobretudo uma vítima da realidade que o rodeia.

Podemos conferir a seguir outra situação que chegou ao Programa, que explicita a influência da família e da sociedade como agentes que colaboram na determinação da prática do ato infracional.

2.2.2 Desafiando limites e afirmando poderes

D. R. B., 17 anos, reside com seus pais no centro da cidade. O adolescente estuda e tem um vínculo de amizade na considerada alta sociedade de Timbó. Seus pais têm formação superior, o pai tem um ótimo emprego, carro do ano e uma bela casa. Os pais do adolescente sempre deixaram D. R. B se divertir com os amigos e permitem, sem qualquer restrição, o uso do carro da família pelo adolescente que ainda não tem a idade mínima exigida para tirar sua carteira de motorista. O adolescente chegou até o Programa através do Juizado da Infância e Adolescência porque foi pego dirigindo o carro do pai em alta velocidade, à noite, em um fim de semana.

Esta foi desde o início uma intervenção complicada, na medida em que a mãe do adolescente, conivente com seu filho, sempre o protegeu da situação e ignorou os riscos que seu filho corria e a possibilidade de danos físicos e materiais a outros. A princípio realizamos visita domiciliar à família. Nunca encontrávamos D. R. B. em casa, pois trabalhava em outra cidade e vinha para casa todos os dias à noite, horário em que também freqüentava a escola. Sua mãe conversou conosco e relatou que *continua cedendo o carro para o filho, todos os dias e nos fins de semana para sair com seus amigos e não via nenhum crime nisto, pois “sabe que seu filho não é nenhum irresponsável”*.

Depois de várias tentativas infrutíferas para intervir na situação, emitidos ofício ao Juizado da Infância e Juventude, solicitando providências para a situação. Neste íterim, o adolescente já estava quase completando dezoito anos, e poderia emitir sua carteira de motorista, mas isso não exclui a medida sócio-educativa. A princípio, pareciam esforços inválidos quando na tentativa de intervenção, pois em todos os contatos não éramos consideradas. Chegamos a falar várias vezes com o próprio adolescente através de contato telefônico para o seu local de trabalho, e o mesmo alegava *que não podia faltar o serviço*

para ir conversar conosco. Enfatizamos que possuía um processo judicial decorrente daquela situação e era melhor estar comparecendo, mas nada adiantava.

Avaliando a situação, podemos identificá-la com a realidade de muitos adolescentes, que apoiados pelos seus pais, buscam ostentar poder e afirmação dirigindo um carro do ano. De acordo com Gomes Neto (2004), não são apenas os meninos das camadas populares que buscam a afirmação da identidade através de porte de armas, furtos e uso de drogas. Os adolescentes das classes médias, recorrem a mesma necessidade de afirmação da identidade, só que com recursos distintos, dentre eles excedendo os limites de velocidade, furando sinais e dirigindo antes de completar dezoito anos.

Podemos verificar através destes relatos que os adolescentes, às vezes, acabam por percorrerem caminhos diversos em busca de afirmação da identidade, e isso se dá, através, principalmente, da família e da sociedade, que os constrói projetando um homem viril, forte, musculoso e que precisa ostentar um carro da última moda, portando uma arma ou atitudes similares.

Assim, vale destacar a importante compreensão sobre como se dão as relações a partir da construção da realidade, permeada como palco das relações de gênero.

Não temos o intuito de afirmar que, exclusivamente as influências da família e da sociedade através das relações de gêneros, são os únicos determinantes do ato infracional na vida do adolescente. Sabemos que existem outros fatores como, baixa auto-estima, maus tratos ou negligência gerados nestes contextos, que também contribuem na ocorrência do fenômeno estudado, porém não serão objeto de estudo neste trabalho.

Na seqüência, correlacionamos a afirmação da identidade com o ato infracional através das entrevistas transcritas, com relatos dos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa no município de Timbó, analisando a problemática apresentada.

2.3 O ATO INFRACIONAL COMO EXPRESSÃO DA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE

Ressaltamos no capítulo anterior que os determinantes do ato infracional entre os adolescentes são de complexa identificação. Analisados o perfil dos adolescentes pesquisados, tivemos a oportunidade de constatar que os fatores como situação financeira, desorganização familiar, evasão escolar não constituem-se como variáveis preponderantes do ato infracional, sendo coerente frisar que, às vezes, conforme Wanderley e Mestriner (1999), quando os adolescentes encontram-se em situações muito adversas e conflituosas, é comum o mesmo recorrer a práticas anti-sociais. Entretanto, foi verificado também que o adolescente sofre influência do seu meio cultural, familiar e social e estas estruturas, palcos das relações de gênero, vem a contribuir na construção da identidade do adolescente, que neste período peculiar de desenvolvimento, encontra-se na fase de definição de papéis e de sua identidade.

A fim de reconhecer a afirmação da identidade como determinante do ato infracional, descrevemos a seguir relatos de cinco adolescentes que cumprem medida no Programa, analisando suas falas relacionando com a temática em pauta.

Os adolescentes descritos têm uma característica em comum no que concerne a que todos quando perguntados sobre o que os levou a cometerem o ato infracional, relataram que o motivo foi a influência de amigos. Como não gostavam de ficar em casa, iam divertir-se na rua, principalmente em períodos noturnos dos fins de semana. Como a influência de amigos nesta fase do ciclo vital é muito significativa para a afirmação da identidade do adolescente, frisamos tais situações, conforme segue.

2.3.1 Enfrentando derrotas e concretizando sonhos

A . V. J., 17 anos, usuário de maconha, foi encaminhado ao Programa para cumprir medida de liberdade assistida durante um ano por motivo de conflitos familiares. É filho de pais separados. Ficou em recuperação em uma clínica de dependência química e retornou para a casa de sua genitora. A mesma relata que *não agüenta mais conviver com ele e que deveríamos interná-lo novamente*. Seu pai reside numa favela em Jaraguá do Sul e não tem um bom relacionamento com seu filho.

O adolescente sempre viveu em meio aos conflitos e brigas de seus genitores, até que os mesmos resolveram separar-se, quando sua mãe passou a ser a principal provedora do lar. Entretanto as brigas continuaram, pois A . V. J. usava drogas, brigava com sua mãe e irmã, furtava, e estava sempre arrumando confusão. A mãe de A . V. J. é proprietária de um bar, e fica trabalhando fora de casa até tarde e quando chegava em casa, freqüentemente presenciava o filho drogado e furtando objetos da residência para vender.

Foram efetuados vários atendimentos e visitas domiciliares ao jovem e à família, buscando auxiliar na resolução dos conflitos, dar suporte à mãe para saber como lidar com a situação e oferecendo tratamento para recuperação do vício ao adolescente a fim de recuperá-lo, inseri-lo na instituição escolar e romper com a trajetória infracional, mas o mesmo não apresentava mudanças, sua mãe ligava constantemente para o SAICA solicitando ajuda e reclamando do filho.

Procuramos A.V. J. em sua casa e esclarecendo ao mesmo que os atendimentos seriam diários e gostaríamos de acompanhar seu cotidiano.

No decorrer dos atendimentos encaminhávamos o adolescente para participar das atividades de grupo, mas o mesmo raramente comparecia. Relutava em voltar para os estudos. Certo dia, durante uma audiência na qual o juiz determinou que ele fosse novamente para um

Centro de Recuperação de drogas, do qual já havia ficado em tratamento durante nove meses no ano anterior, A . V. J. falou que *preferia morrer a voltar para aquele lugar*, sacou uma faca do bolso e perfurou sua barriga. O socorro foi imediato e o jovem foi levado ao hospital. Em seguida foi encaminhado para um hospital psiquiátrico, pois conforme diagnóstico judicial a droga prejudicou a saúde mental do adolescente. Lá permaneceu por quase dois meses. Do hospital foi para a casa de seu pai, mas conforme relato do adolescente *não conseguiu se adaptar com o ambiente, pois seu pai residia numa favela, por isso estava retornando para Timbó*.

Compareceu ao Programa para pedir apoio, *pois sua mãe não o aceitou mais em casa*. Foi neste momento que ficou morando na casa dos avós, que, às vezes, passavam por lá, pois aquela não era a sua residência fixa. Conversamos com sua mãe, e a mesma não aceitou que o adolescente retornasse para casa.

Então, conversando com ele, perguntamos se gostaria de mudar de vida. O mesmo disse que sim e estava chateado com a sua mãe por ela não aceitá-lo em casa. A princípio, o encaminhamos para o CAPS a fim de fazer suas refeições diárias, providenciamos todos os documentos para retornar aos estudos, o matriculamos num curso de computação e o incentivamos a procurar um emprego, que logo foi conseguido, por intermédio de uma funcionária pública, que sensibilizada pela situação, realizou alguns contatos com empresários amigos e o encaminhou para trabalhar numa empresa, como auxiliar de produção.

O atendimento e acompanhamento pelo Serviço Social nesta fase era diário. Estávamos sempre na hora do almoço conversando com o rapaz, dando forças para que ele permanecesse firme. A.V.J. freqüentava regularmente as aulas, o curso de computação e não faltava ao trabalho.

Conversando sobre seu projeto de vida, ele começou a muito custo a revelar seus sonhos, *e o principal era cursar Engenharia em uma Faculdade*. Quando falamos que só

dependia dele estudar bastante para conseguir ingressar numa Universidade Pública, os olhos dele brilhavam. A estagiária contou a sua experiência pessoal, que também vinha de família pobre, tinha o sonho de fazer um curso superior, que havia conseguido e já estava na etapa final. Ressaltou que não devia desistir de seus sonhos, que para alcançá-los teria que e esforçar-se desde agora, sendo responsável. Ressaltamos o nível injusto de desigualdade social que permeia nosso País, e que temos que lutar contra esta situação, e uma das maneiras é estudando. Ele mudou de fisionomia depois daquele atendimento e saiu com uma nova postura. Atualmente A. V. J. continua estudando e trabalhando, saiu da propriedade de seus avós, pois a funcionária pública, convidou o adolescente para morar com ela, pois sentia falta de seu filho que havia falecido a pouco tempo.

Os recursos utilizados pelo Programa serviram de apoio ao adolescente, e à medida que decorria a integração entre adolescente e Programa, mantínhamos os atendimentos, a orientação, o acompanhamento da situação escolar e do curso profissionalizante e da atividade laboral. O mesmo continua sendo acompanhado pelo Programa.

Nos primeiros atendimentos, A. V. J. não queria saber de ninguém mandando nele e após o processo de intervenção o mesmo mudou de comportamento.

O adolescente em meio a tantos conflitos dentro de casa e muitas amizades na rua, acabava por permanecer muito tempo com seus amigos e a compartilhar drogas com os mesmos. Lá ele encontrava um lugar para esquecer os problemas de sua casa.

O vínculo entre o adolescente e o Programa fez-se necessário, pois à medida em que lá chegava, compartilhava de outros assuntos e desabafava seus problemas e anseios.

Os adolescentes, sendo pessoas em desenvolvimento, precisam do apoio da sociedade, do município e da sua família para tomar decisões mais acertadas.

A influência de amigos e familiares foi significativa para ingressar no mundo do vício. Lá, ele conseguia afogar suas mágoas, sentir-se livre e poderoso, pois roubava para

manter seu vício. Em algumas situações quebrava coisas dentro de casa demarcando seu espaço na sociedade, espaço este que não encontrava. Sua mãe reclamava muito por isso, mas sempre foi uma mãe ausente na criação de seu filho, pois geralmente estava trabalhando no bar. Os momentos de conversa dentro de casa eram muito raros e o período da adolescência foi sem a presença dos pais em casa. Desta forma, muitos conceitos a rua lhe ensinou, conceitos estes repassados principalmente por amigos que o influenciavam ao caminho da afirmação da masculinidade através de um cigarro de maconha.

Não é difícil de imaginar a persuasão dentro de um grupo de adolescentes, numa fase de busca de desafios e busca da identidade, reconhecendo que são fortes quando estão infringindo uma lei, cometendo um ato de vandalismo, afirmando sua capacidade fisiológica através do uso de drogas, experimentando viagens. A tradução prática vivida e perpassada na realidade social vem ao encontro muitas vezes na afirmação da identidade ainda que seja através da violência.

2.3.2 A identificação com o pai no processo de construção de identidade

L. V. S., 17 anos, chegou ao Programa por motivo de uso de bebida alcóolica. Antes de iniciar o cumprimento da medida foi encaminhado para uma fazenda de recuperação para dependentes químicos e lá permaneceu num período de nove meses. Quando retornou para Timbó compareceu ao Programa e relatou que *nunca se envolveu com drogas, e é claro que já bebeu de vez em quando, mas drogas não*. Sua mãe sempre desconfiou que seu filho fosse usuário. Ele relata que *ela continua pegando no seu pé como se ele fosse um viciado*. Ela diz que *desconfia que seu filho usa drogas porque o mesmo parou os estudos e anda com companhias que ela não aprovava*. Relata que *depois que o filho começou a andar com aquelas amizades ele mudou muito*.

Já L.V.S. diz *ter saudades do pai. Sua mãe é separada e vive com outro companheiro*. L.V.S. não aceita a situação e fica mais na companhia de seus amigos na rua.

O adolescente sempre vem ao Programa, mesmo que não seja solicitado, a fim de conversar conosco. Sua conversa gira em torno da vontade que tem em conhecer seu pai e da angústia de que sua mãe não faz nenhuma questão disso. O adolescente pede para a mãe entrar em contato com o pai, mas ela permanece indiferente aos apelos de L. V. S.

O referido adolescente sente muita falta de seu pai. Tem grande ressentimento com a situação, pois seu pai nunca o procurou e há muito tempo atrás abandonou a família. Esta situação é desde quando ainda era bebê. Sua mãe uniu-se com outro homem, mas L. V. S. não gosta nem de falar com seu padrasto. Não aceita outra figura masculina dentro de sua casa e devido a isto sua mãe fez no mesmo terreno uma outra casa para o filho morar e não se sentir tão incomodado. Os filhos geralmente sentem a falta da família idealizada, pai, mãe e filhos e não se conformam quando um de seus genitores não tem interesse por eles. Isso cria um sentimento de rejeição, pois desde pequeno vem a comparar-se com seus amigos e sentem-se inferiores aos demais por tal razão. L. V. S. não sabe lidar com a separação dos mesmos, pois isso veio a acarretar a separação dele com seu pai também. Isso traz um sentimento de revolta e mexe com a auto-estima do adolescente. Expressa mágoa pela sua mãe e carência e raiva do pai. Acaba por ter um sentimento ambíguo, à medida em que, ao mesmo tempo que deseja vê-lo, abraçá-lo e beijá-lo, também quer cobrar dele porque o abandonou, porque não cuidou dele e esqueceu que é pai.

O adolescente expressa muita carência e sempre nos procura para conversar. As conversas são desabafos da situação e pedidos para que venhamos a localizar o pai. Conversamos com a mãe do adolescente sobre a situação e a mesma relatou que *acha que não adianta, pois o pai não está nem aí, e ainda ela nem sabe onde ele está*.

O adolescente compareceu para conversar com os profissionais do Programa com um nome de uma pessoa que ele acha que é o tio que mora em Blumenau. Localizamos na lista telefônica e ligamos perguntando se procedia, mas a pessoa nem conhecia de quem estávamos falando.

Não sabemos se o adolescente está preparado para sofrer mais uma rejeição por parte do pai, caso o mesmo reaja como a mãe relatou. Ela confessou que *já tentou no passado, mas não adianta, é até pior para seu filho*. Ela disse que *não falta nada dentro de casa, ela e seu companheiro trabalham e gostam de L. V. S.*

As profissionais do Serviço Social estão avaliando se devem buscar recursos de investigação a fim de tentar uma aproximação. Isso foi uma questão que incitou dúvida, se deviam ou não acionar a busca ao pai do adolescente.

Encaminhamos L. V. S. para participar dos trabalhos de grupos de adolescentes, o inserimos novamente em instituição de ensino regular, oferecemos cursos para o mesmo, *mas sua mãe já o havia colocado em um e o jovem não queria ficar em dois ao mesmo tempo porque pretende trabalhar*.

Sempre conversava com as profissionais sobre seus planos para o futuro, o que ele gostaria de ser e trabalhar, mas L. V. S. ainda não tinha nada bem definido.

Ficou combinado que o mesmo deveria freqüentar o SAICA diariamente a fim de acompanhá-lo mais de perto. O mesmo era muito prestativo quando solicitado, ajudava a plantar mudas de flores, auxiliava os idosos e estava sempre mantendo vínculo, demonstrando até gostar do cumprimento da medida.

Em certo momento dos atendimentos, o mesmo se declarou apaixonado por uma das profissionais. Conseguiu o número do celular e ligou insinuando alguma coisa. Percebida a situação, foi chamado para conversar e aos poucos foi parando de falar no assunto. O atendimento passou a ser realizado pela outra profissional.

Continuou participando nas atividades de grupos com os adolescentes visando trabalhar seus traumas não resolvidos. Não tem interesse em fazer terapia, e gostaria de arrumar um emprego.

Antes de chegar ao Programa o adolescente tinha uma relação de conflito com sua mãe, devido à ausência do pai, e remeteu-se à rua a fim de buscar sua identidade masculina entre seus amigos da mesma faixa etária.

L. V. S. começou a beber com seus companheiros e sentiu o que para muitos adolescentes e até homens o que a bebida pode representar: sinal de virilidade e força, que afirma sua identidade masculina. As atitudes do adolescente provavelmente estavam ligadas à baixa auto-estima e à necessidade da afirmação da identidade.

Esta situação comprova que a influência das amizades e a necessidade de afirmação da identidade pode levar os adolescentes à trajetória infracional.

O mesmo continua em cumprimento da medida, estudando, participando dos grupos e mantendo a amizade com os profissionais do Programa.

2.3.3 Uma oportunidade! É tudo o que os adolescentes necessitam!

T. A. B., 18 anos, veio ao Programa por motivo de furto. Reside com seus pais e com um amigo de seu pai, que trabalham juntos. Quando o adolescente cometeu o ato infracional estava com 17 anos.

De acordo com o relato de seus pais na visita domiciliar, *seu filho nunca causou qualquer problema. Não tem vícios, e nem sai nos fins de semana, vive só para o trabalho e para os estudos. Tem alguns amigos, mas não sai porque está sempre cansado, é hemofílico e sente muitas dores. Não aceita a doença e não se conforma com esta situação. Mesmo assim, trabalha o dia todo como ajudante de pedreiro e estuda no período noturno.* A família de

T. A. B. tem uma renda de aproximadamente mil reais, residem em casa própria num bairro retirado do centro da cidade.

T. A. B. sofre constantemente com dores nas articulações devido à doença e faz tratamento em Florianópolis. A família está em todos os momentos apoiando o filho.

O adolescente foi passear em Rodeio, cidade vizinha, e acabou participando de um assalto. Relatou que *seus colegas o convidaram para ficar batendo papo com a moça do caixa do mercadinho, enquanto eles pegariam algumas coisas. Ele, com receio de ser rotulado de marica ou molenga, acabou participando do furto.*

Mas hoje, quando chamado a cumprir uma medida por causa daquela situação, fica com vergonha e se arrepende totalmente e diz que *nunca mais vai se envolver com isso.*

Os primeiros contatos com os pais do adolescente efetuaram-se através de visita domiciliar, pois não constava no ofício encaminhado pelo Juizado da Infância e Juventude o telefone do adolescente e precisávamos ir em busca do mesmo a fim de colocarmos a medida em prática. Ambos os pais de T. A. B. trabalham, o pai é domador de cavalos e a mãe costureira numa facção. Relatam que *gostam muito do filho e que o mesmo naquele momento estava trabalhando. Disseram que o adolescente tem sofrido devido à falta de aceitação de sua doença, muitas vezes precisa ir para o hospital e freqüentemente para Florianópolis a fim de fazer tratamento. Quando faz esforços acima do permitido pelo médico acaba tendo uma hemorragia interna.*

As profissionais conversaram com os pais sobre o objetivo da medida e marcamos atendimento com o adolescente, que deveria comparecer acompanhado pela mãe em data posterior. No Programa o adolescente demonstrava-se tenso e com medo no dia do atendimento, pois nunca havia passado por uma situação parecida e não sabia o que o esperava. Conversamos com ele, juntamente com sua mãe e explicado que não precisava ter medo, pois a finalidade era apenas o cumprimento da medida imposta, bem como através dela

buscar apoiá-lo em suas necessidades e direitos e verificar se continuava em práticas infracionais, e fazê-lo refletir sobre seus atos a fim de que mudasse de trajetória.

O adolescente e sua mãe relataram que *o ato foi impensado, que como ele se sentia inferior a seus colegas devido à doença que o afligia, ficou com vergonha de negar a ajudá-los no furto por razão de os colegas o chamarem de molenga, marica, ou qualquer adjetivo que o desclassificasse como homem.*

T. A. B. sente muito pelo que cometeu e já conversou bastante em casa com os pais e agora no Programa conosco, *tem consciência que praticou um erro e que não pode reincidir.*

O mesmo explicou que *não tinha horário livre para cumprir oito horas semanas de medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade, pois trabalhava como autônomo em período integral e estudava à noite.*

Foi questionado porque o mesmo trabalhava como ajudante de pedreiro, pois esta função é mais vulnerável a causar danos a sua saúde. Ele relatou que *precisa trabalhar para ajudar no sustento da casa e como ninguém dá emprego para ele por motivo da doença, acabou aceitando aquele mesmo.* Esclarecemos que seria bom não desistir de procurar um outro emprego. Indagamos ao mesmo que curso profissionalizante gostaria de frequentar a fim de obter um emprego melhor e sair da situação de risco. Relatou que *seu sonho era fazer eletrônica, mas o curso não é barato e não tem condições financeiras para fazê-lo no momento.*

Os cursos que a Prefeitura Municipal, através do FIA financia são de judô, karatê, futebol e computação. Somando-se a estes, através de articulação em rede construída em contatos com os responsáveis pelos cursos particulares, foram cedidas dez vagas ao ano aos adolescentes encaminhados pelo SAICA para diversas outras áreas profissionalizantes, e mais

duas vagas de cada curso de instrumento musical ao ano, entre eles violão, guitarra, violino, flauta, através da Fundação Cultural.

Então, realizamos contato com o proprietário da Escola, que oferece cursos profissionalizantes solicitando uma vaga para T. A. B. frequentar o curso de eletrônica aos sábados, e o responsável prontamente atendeu. Frisou que a participação do adolescente teria que ser de certeza, pois o curso tem a duração de nove meses e seu custo gira em torno de um mil e novecentos reais. A única coisa que T. A. B. deveria pagar era o material, que era no valor de noventa e oito reais, e podia ser pago em três parcelas, se necessário. O adolescente recebeu a notícia com muita satisfação, seus olhos brilharam pela possibilidade de ter uma profissão. Sua mãe também ficou muito contente.

Foi solicitado ao Fórum de Ascurra (cidade em que foi emitida a determinação Judicial), a remissão da medida de prestação de serviço à comunidade para a substituição pela liberdade assistida, tendo em vista que o mesmo tem problemas de saúde, mas, de acordo com a assistente social, *o Juiz não concedeu*.

Então, encaminhamos o adolescente a prestar serviço numa escola em frente a sua casa, auxiliando a diretoria, todas às sextas-feiras. O adolescente concordou. Com relação ao curso, ingressou aos sábados e estava satisfeito.

Estamos continuamente acompanhando o adolescente e o cumprimento da medida, no sentido de ajudá-lo a saber lidar com a doença. Ele não aceitou fazer psicoterapia, *pois não tem tempo*.

Em tal atendimento, como todos os outros, de singular particularidade, precisamos levar em consideração o adolescente e todos os condicionantes a sua volta que o levaram a cometer o ato.

Foi necessário cuidado no modo de se dirigir ao T. A. B., em decorrência da sua baixa auto-estima, pois poderíamos estar aplicando a medida nos moldes equivocados do que

versa a lei. O ECA pretende através das medidas sócio-educativas a inclusão social do adolescente e o atendimento integral. Todas as situações apresentam demandas diversas a serem postas em prática, coerentemente.

O adolescente reproduziu, mesmo que inconscientemente, a lógica de uma sociedade capitalista sexista, com predominante relação de poder impregnada sobre a divisão dos papéis entre homens e mulheres.

É realmente muito complicado para um jovem, que sofre coersitivamente as regras culturais, sociais, com baixa auto-estima se deixar rotular como fraco. A sua maior necessidade quando ao viver o ato foi querer confirmar: eu sou homem, homem não tem medo, homem enfrenta desafios! E assim, muitos atos infracionais acontecem.

2.3.4 A influência da rua e o primeiro passo para as drogas

Chegou ao Programa documento emitido pelo Juizado da Infância e Juventude solicitando o início do cumprimento da medida de liberdade assistida num período de um ano por motivo de furto por parte do adolescente M. H. S., de 15 anos.

Realizamos visita domiciliar a fim de iniciarmos o cumprimento da medida imposta. Foi esclarecido em primeiro lugar o motivo da visita e do processo e como deveria se constituir. Ressaltamos a importância da diferença entre pena e medida, pois os mesmos estavam preocupados com o que aconteceria. O adolescente nunca havia se envolvido com qualquer ato ilícito. O que aconteceu, de acordo com o mesmo, *foi que estava com amizade com os meninos da rua e acabaram combinando assaltar uma casa e assim fizeram*. M.H.S., sem pensar, se deixou levar pelos dois colegas, sendo os dois também adolescentes.

M. H. S. reside com sua avó e com dois tios solteiros que trabalham durante o dia em linhas de produção. Sua avó não recebe aposentadoria de seu avô falecido. Sua mãe o teve solteira, registrou o filho só no nome dela e M. H. S. não conhece o pai.

A mãe de M. H. S. morou junto com eles, até seu filho crescer, quando foi trabalhar em Blumenau como empacotadeira numa loja. Faz contatos telefônicos periodicamente para saber como está o filho e demais familiares. A vó relata que *o neto é um bom menino, estuda e não o deixa trabalhar, pois ainda é muito novo*. M. H. S conta que *se envolveu no furto por influência de seus vizinhos, diz que um deles é usuário de drogas e por esse motivo pretende não mais se envolver com ele, pois não gostou de se meter em confusão. Não sai de casa à noite e nem conversa com os colegas na rua, pois muitos adolescentes que residem na rua são usuários de entorpecentes*.

M. H. S, caracteriza-se pelo seu bom comportamento, se relaciona muito bem com sua avó e com sua mãe, apesar da mesma ter ido morar em outra cidade, está acostumado com a avó desde criança.

Relatou que *não gosta de residir naquela localidade, afirma que têm muitos usuários de drogas e adolescentes que cometem furtos. Sabe de várias situações e agora está se cuidando melhor. Sua avó não o deixa sair mais de casa, e principalmente à noite*.

Durante o atendimento, encaminhamos M. H. S. para participar dos encontros de grupos. Foi perguntado ao mesmo se gostaria de estar participando de algum curso, e o mesmo manifestou desejo de fazer o curso de computação. Encaminhamos sua matrícula através do SAICA e ficou muito satisfeito.

M. H. S. tem comparecido sempre que convocado, perdeu o medo do grupo que tinha a princípio, e se expressa claramente como estão as coisas em casa, na escola, no curso e na rua.

Esta é mais uma situação onde presenciamos a influência marcante das relações sociais perpassadas pela afirmação da identidade através do ato infracional.

M. H. S., não tinha, a princípio, nenhuma necessidade básica a ser sanada através do furto, não queria comprar drogas, nem comida, nem sustentar qualquer outro vício, ou comprar qualquer coisa. O determinante desencadeador nesta situação foi provavelmente a influência de seus amigos e a necessidade de afirmação da identidade dentro do grupo inserido.

Atualmente faz distinção entre quem é maconheiro e quem não é, e procura não estar em associação com os dependentes do vício. Porém, não está isolado das influências, pois são todos habitantes da mesma rua e da mesma comunidade. Por esse motivo, os profissionais envolvidos nesta área devem desenvolver projetos que coloquem estas questões à tona de maneira compreensiva aos jovens a fim de refletirem sobre seus papéis dentro da sociedade e a influência dos relacionamentos.

2.3.5 A difícil tarefa de educar e impor limites quando a mãe do adolescente é a chefe da família

C. R. S., 15 anos, envolvido em furto de residência, foi encaminhado para cumprir medida de liberdade assistida durante um ano. Desistiu de estudar e não trabalha, devido à pouca idade. Constantemente bate papo com seus colegas na rua durante o dia e sai nos fins de semana à noite. Reside com sua mãe e irmãos, todos trabalham e estudam. No mesmo terreno residem seus irmãos casados com filhos pequenos.

Sua mãe relata que *passam por dificuldades financeiras, ela ganha pouco, pois não tem estudo e trabalha fazendo limpeza. Tem um filho que trabalha bastante e fez faculdade de administração.*

Sua mãe diz que *C. R. S.*, *depois que começou a participar das atividades do Programa, sai menos de casa, mas desconfia que o mesmo ainda esteja fumando maconha, apesar do adolescente negar. Cumpre medida e participa das atividades desenvolvidas em grupo e retornou aos estudos sob nossa influência. Ele enfatizou que só voltaria a estudar se fosse no supletivo, pois não tem paciência para ficar todos os dias escutando o professor e além disso seus colegas também o fazem.*

O adolescente é reincidente no Programa por ter participado de outro furto em residência. O mesmo diz que *acabou roubando de novo, mas que agora estava permanecendo dentro de casa e não pretende sair com seus amigos, porque senão vai complicar demais para seu lado e também porque não gosta de ter que ficar vindo cumprir medida. Recentemente prestou serviço à comunidade por três meses no horto florestal da cidade, ajudando a cuidar de plantas, e tem mais esse processo de um ano de liberdade assistida.*

Durante o cumprimento da medida participou dos encontros de grupos de adolescentes promovidos pelo Programa e continua participando. Oferecemos os cursos disponíveis no SAICA, mas não teve o menor interesse por nenhum deles. O intuito é acompanhá-lo mais de perto a fim de fazê-lo refletir realmente sobre seus atos através dos grupos e atendimento individual.

O inserimos novamente no ensino fundamental e desejamos através dos atendimentos realizados pelo Programa que o adolescente mude suas atitudes.

O adolescente vive numa família que tem dificuldades para impor limites ou horários. Na rua em que o mesmo reside existem muitos casos de dependência química e furto realizado por adolescentes. Esta rua é a mesma que reside *M . H. S.*, adolescente já descrito anteriormente. Então, da mesma forma que o adolescente anterior, *C. R. S.* em contato com os colegas da rua, acabou cometendo atos infracionais com um sentimento de pertencimento ao grupo.

Através do relato do adolescente C. R. S., residente com uma família chefiada por mulher, que passa por alguns momentos de vulnerabilidade social, podemos subentender que a influência das amizades exerce forte papel para a prática infracional.

A rua em que ambos residem é extensa, pertence ao bairro Imigrantes e moram muitas famílias da região e muitas oriundas de outras cidades. Entre as famílias ali residentes, algumas fazem parte do Programa de Apoio Sócio-familiar, por motivo de alcoolismo dos pais ou conflitos familiares. Somente desta rua, dez adolescentes cumprem medidas sócio-educativas. Representam 15,6% do número total de adolescentes da cidade. Residindo neste mesmo bairro, estão ainda 4,6% adolescentes que cumprem medida sócio-educativa junto ao SAICA. Verifica-se então que no bairro Imigrantes encontra-se grande número de adolescentes que cometem atos infracionais no município de Timbó. A localidade do município que tem o maior número de adolescentes que cometem atos infracionais é o Bairro das Nações com 25% do total dos adolescentes que freqüentam o Programa. O bairro de Araponguinhas, local onde se concentra o maior número de migrantes e áreas carentes e usuários da Assistência Social, existem 6,2% adolescentes cumprindo medida sócio-educativas.

Esta situação permite averiguar, conforme cita Wanderley e Mestriner (1999), que não é somente a pobreza que determina a prática infracional entre os adolescentes. A identificação dos determinantes são de avaliação complexa e este diagnóstico deve ser estudado minuciosamente. Comparando os dados estatísticos, percebemos que Araponguinhas, local onde concentra a área mais carente, tem um índice de 9,4% menor de adolescentes com ocorrência infracional de que numa única rua de outro bairro, menos carente.

Partindo do princípio de que o indivíduo na fase da adolescência está no período de construção de sua identidade e que nessa fase passa por uma série de transições e

mudanças, ele vai formando seu caráter através das influências advindas do seu contexto sociocultural de seu grupo e toda a realidade a sua volta vem a moldar seu comportamento.

Conforme cita Ciampa (1985, p. 59), “[...] a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele [...]” A partir da realidade vivida pelos adolescentes, podemos verificar que os símbolos culturalmente aceitos como afirmação da identidade constitui-se como um dos determinantes que os influenciam a prática do ato infracional.

De acordo com (LUIZI; CANGELLI FILHO, 1997, p. 82), a fase da adolescência “é marcada por processos de mudanças de papéis, exigências, interesses e relações dentro e fora da família, em que o referencial social é mais amplo, incluído como grupo de referência os companheiros”.

Ocorre então, uma resignificação de seus conceitos e a reformulação de suas atitudes e modos de encarar a vida. Baseiam-se muito em seu grupo de amigos, e com esse referencial, configuram-se como pessoa. Então, o grupo de amigos vem a influenciar fortemente em suas atitudes e interesses, e os símbolos que tal grupo adota serão destacados na vida dos adolescentes, passando a reproduzi-los. Muitas vezes, entre estes símbolos, permeiam a crença de que a masculinidade pode ser expressa através de habilidades que requerem força e coragem, conforme já citado anteriormente.

Vale ressaltar que na trajetória infracional dos adolescentes que freqüentam o SAICA, existem significativas variantes e determinantes como questões de cunho econômico, conflitos familiares, influência de amigos, mas geralmente, estas trajetórias perpassam pela concepção de gênero presentes na sociedade contemporânea ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Timbó, carinhosamente chamada de Pérola do Vale pelos descendentes dos pioneiros alemães e italianos, está classificada pela ONU como a 10ª melhor do País para morar e é reconhecida no Estado pela sua alta taxa de alfabetização e pelo seu vasto centro industrial. Deste modo, atraiu nos últimos anos pessoas de várias regiões, ampliando assim suas fronteiras demográficas, abarcando uma população cada vez maior, demandando do órgão público municipal a aplicação de recursos em infraestrutura e no enfrentamento de novas problemáticas sociais.

Neste ínterim, foi instituído o SAICA a fim de dar conta das demandas relacionadas à área infanto-juvenil, que parece proliferar na região, com uma série de situações que requer a implantação de vários Programas específicos para o atendimento desta camada da população, já expressando atualmente, após seus dois anos de criação, a necessidade de ampliação de recursos humanos para a eficácia nos atendimentos prestados.

Com relação aos adolescentes, percebemos explicitamente o aumento gradativo do número de ocorrências de atos infracionais. Somente no período de estágio, tivemos a oportunidade de registrar o aumento de 47 para 64 adolescentes com processos na Vara da Infância e Juventude, submetidos ao cumprimento das medidas das que tratamos neste trabalho. Isso significa um acréscimo percentual de 36,17% do número de casos de infrações cometidas por adolescentes num período de cinco meses. Esta situação evidencia claramente a necessidade de projetos direcionados a esta camada da população com ações educativas para os adolescentes que chegam ao Programa, porém, demonstra a carência de ações educativas e preventivas que abranjam os jovens de maneira geral.

Através dos levantamentos realizados, vislumbramos o perfil dos adolescentes atendidos e percebemos que as influências que podem levar ao ato infracional são complexas.

As situações como pobreza e desorganização familiar não apresentaram-se como determinantes para a geração de atos infracionais. Entretanto, tivemos a oportunidade de expressar a correlação existente entre a influência das relações sociais e culturais, palco das relações de gênero, como contribuintes da formação da identidade do adolescente, e como essas relações impõem regras de condutas e crenças para a identidade masculina que definem papéis masculinos aos indivíduos. O uso da força, atos de vandalismo, brigas, vícios, entre outras, são interpretadas pela sociedade, como atos de identificação do sexo masculino. Essas relações se produzem e reproduzem na sociedade e na família, locais onde evidentemente todos nos encontramos e aprendemos o que é ser homem e o que é ser mulher, e as atribuições de cada sexo.

Compreender as relações sociais e culturais da sociedade implica na leitura e interpretação da realidade. Esta tarefa é fundante para o profissional de Serviço Social, na medida em que, quando no exercício de sua função necessita desenvolver seu processo de trabalho, utilizando-se de seus instrumentos, conhecimentos e possibilidades institucionais a fim de intervir na realidade para alcançar certos objetivos.

O assistente social amparada em seus instrumentos necessita refletir sobre sua prática, avaliar e reinventar as formas de atender as necessidades, para chegar aonde se pretende. Este exercício implica no aprofundamento de seus conhecimentos através de momentos de estudos científicos que aprofundem no reconhecimento de seu objeto de trabalho. Este é um exercício válido, na medida em que, a realidade social é dinâmica e requer uma visão crítica para decifrar as novas problemáticas ou situações, e tal atividade foi o intuito deste trabalho.

Portanto, o objetivo central deste estudo foi rediscutir os motivos do ato infracional entre os adolescentes que cumprem medida de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, considerando como um desses determinantes à prática infracional a

afirmação da identidade. Reconhece-se que esta não é a única via de indução a esta trajetória, mas um concomitante a outros fatores. Sabe-se que problemas relacionados ao sistema capitalista, famílias vulneráveis, entre outros motivos, também fazem parte do íterim de análise para a compreensão deste comportamento.

Considera-se profícuo destacar tal assunto, tendo em vista que compreender as causas do comportamento infrator entre os adolescentes vem a influenciar no tipo de abordagem profissional adotada, e conseqüentemente no tipo de atendimento prestado.

Torna-se necessário haver uma mudança de mentalidade e postura frente à divisão dos papéis sociais na questão das características da masculinidade e da feminilidade.

Creio que esta mudança deve iniciar primeiro dentro do nosso próprio lar, na relação entre pais e filhos e numa nova divisão de papéis.

Este trabalho tem o intuito de contribuir com os profissionais que desempenham funções no Judiciário, representado na figura do Juiz e do Promotor de Justiça, o assistente social e outros profissionais, acrescentando novas alternativas de abordagens para trabalharem nesta questão.

Para os Programas de medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, de competência da Prefeitura Municipal em especial ao Programa do município de Timbó, local onde foi realizado o estágio curricular obrigatório, os profissionais envolvidos poderão desenvolver atividades de cunho educativo com os adolescentes e familiares onde emergem assuntos relacionados à temática de gênero, fazendo-os perceber a real necessidade de adoção de uma nova postura de masculinidade, pautada na igualdade entre os gêneros. Sugerimos promoverem debates, grupos sócio-educativos, oficinas com discussões sobre auto-estima, família, sociedade, escola, situação das mulheres, relações de gênero, violência, fragilidades e sensibilidades masculinas, promovendo o

reconhecimento da escravidão de um modelo cultural e histórico dominante que deve ser modificado.

Torna-se necessário ainda promover uma reflexão na prática profissional sobre a abordagem dos atendimentos, tomando o cuidado de não revitimizar os adolescentes, pois são em primeira instância, vítimas de um ideário sociocultural.

Vale ainda ressaltar que, ao assistente social, profissional que geralmente elabora e implementa projetos, pretendemos colaborar na soma de seus conhecimentos nas questões relacionadas às desigualdades de gênero, a fim de aperfeiçoarem sua prática independente da área de atuação, pois todas são permeadas pelas relações de gênero.

Este trabalho pretende contribuir para as instituições e profissionais que lidam com adolescentes, buscando a ampliação da eficácia em suas ações, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Secretaria de Justiça e Cidadania na Coordenação Estadual dos Programas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, Conselhos Tutelares e de Direitos.

Sugerimos também, que o Centro de Referência da Assistência Social seja sensibilizado no sentido de inserir a discussão sobre o assunto nas reuniões com todos os profissionais e sirva integralmente na elaboração dos programas e projetos desenvolvidos e assim sejam multiplicadores da temática.

As políticas sociais geralmente não abordam a temática de gênero como uma das questões a serem trabalhadas na sociedade. Porém, este tema poderia ser incluído nas políticas sociais no sentido de promover a igualdade entre homens e mulheres e na desconstrução de seus papéis sociais, buscando meios para promover a equidade entre homens e mulheres.

Destacamos a importância da avaliação de outros Programas e projetos, levando em consideração a temática abordada, visando reconhecer a influência das relações de gênero

e suas mudanças no decorrer do tempo, dando subsídios na elaboração de projetos e políticas sociais.

Então, através da prática profissional do assistente social e a produção do conhecimento científico e análise da realidade apresentada, podemos construir políticas inovadoras, tornando os adolescentes protagonistas de seus direitos de maneira mais ampla.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. Belo Horizonte: Campos Sociais, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (ABEAD). Disponível em: <www.abead.com.br>. Acesso em : 06 jul. 2005.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 17. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira (CFB). Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993. Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Legislação Suplementar, 2ª Edição. Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

CASSAD, Maria Aparecida Tardin. A instrumentalidade na intervenção do Assistente Social. **Revista de Estudos de Serviço Social**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 32-36, 1995.

CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: COSTA, Delaine Martins. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991. p. 39-69.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE. S.; CODO. W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasilense, 1985.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 273/1993 de 13 de março de 1993. Código de Ética da Profissão do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

CORNEAU, Guy. Paternidade e masculinidade. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Editora Roxo, 1995. p. 43-52.

EGERT, Angelita Quintino. **Proposta para estruturação do serviço de atenção integral à criança e ao adolescente em “situação de risco” no município de Timbó/SC**. Timbó: Secretaria de Saúde e Assistência Social, 2002.

FIERRO, Alfredo. Desenvolvimento da personalidade na adolescência. In: COLL. C.; PALÁCIOS. J.; MARCHESI. A. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995. Vol. 1, p. 288-298.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Portaria SESAS nº 010 de 21 de agosto de 2002. Florianópolis, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1995.

GOLDBERG, Karla. **Enciclopédia educar: o homem em busca de educação**. Erechim: Editora Educar, 1997?.

GOMES NETO, Gercino. Meninos armados vivem ilusão do poder. Entrevistador: Jeferson Lima. **Jornal A Notícia**, Joinville, Domingo, 11 de jul. de 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: UFSC/ Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 199-?.

IAMAMOTO, Maria Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Maria Villela. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESS/CE, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2005.

KAMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: módulo I. Brasília: CEAD, 1999. p. 59-76.

LARAIA, R. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e relações de poder. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, Caderno de texto: Violência contra a mulher, CRESS, 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **A construção escolar das diferenças de gênero**: sexualidade e educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUIZI, Liz Verônica Vercillo; CANGELLI FILHO, Raphael. A família em fase adolescente. In: CERVENY, Berthoud. **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 75-100.

MANFRINI, Daniela Beatriz. **Demandas de políticas públicas para famílias chefiadas por mulheres no município de Timbó/SC**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MENEGASSO, Maria Ester. Sobre Entrevista. Texto para fins didáticos. Distribuído em abril de 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Política do ministério da saúde para a erradicação do trabalho infantil**. (Documento Preliminar). Brasília, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, 1997.

MORENO, M. C., CUBERO, R.. Relações sociais nos anos pré-escolares: Família, escola, colegas. In: COLL. C.; PALÁCIOS. J.; MARCHESI. A. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995. Vol. 1, p. 190-202.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1998.

PALACIOS, Jesús. O que é a adolescência. In: COLL. C.; PALÁCIOS. J.; MARCHESI. A. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995. Vol. 1, p. 263-272.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ. Disponível em: <www.timbo.sc.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2005.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG. A. B. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Editora CERU, 1992, p. 13-29.

RIBEIRO, Maria Salette. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis: IOESC, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Eliane Castelo Branco. A liberdade assistida como alternativa de ressocialização do adolescente. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2004.

SPOSATI, Aldaísa. Globalização da economia e processo de exclusão social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo I**. Brasília: CEAD, 1999. p. 59-76.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero**. Porto Alegre: Artes médicas, 1993.

VERONESE, Joseane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia. (Org.). **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; MESTRINER, Maria Luíza. **Liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional**. São Paulo: IEE/PUC, 1999.

ANEXO A: PORTARIA Nº 010/2002 DA CRIAÇÃO DO SAICA



ANEXO A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

CNPJ Nº 83 102 764/0001-15
Av. Getúlio Vargas, 700 - Caixa Postal 04
Fone/Fax (0**47) 382-3655
89120-000 - TIMBÓ - SC
E-mail: pmtimbo@braznet.com.br

PORTARIA nº SESAS-010, de 21 de Agosto de 2002.

Criar o Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – SAICA e designar a Coordenação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e,

Considerando as Leis Federais nºs. 8.080/90 que dispõe sobre a Política de Saúde, 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e 8.069/90 Estatuto da Criança e Adolescente;

Considerando as Leis Municipais nºs. 1.713/94 da Organização da Política Municipal de Assistência Social e 1.375/92 que dispõe sobre a Política Municipal de Direitos da Criança e Adolescente;

Considerando os Planos Municipais de Saúde e Assistência Social;

Considerando a necessidade de organizar e implementar mecanismos e critérios para o Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

RESOLVE:

1. Criar o Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – SAICA, que é parte integrante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
2. O Objeto do SAICA é o desenvolvimento de ações, serviços e políticas voltados a Criança e Adolescente, envolvendo as diversas Secretarias da Prefeitura, Sociedade Civil, Empresas, Judiciário, CMDCA, Conselho Tutelar e outros atores;
3. Fica designada como Coordenadora dos serviços a funcionária ANGELITA QUINTINO EGERT, Psicóloga, inscrita e no CRP sob nº 152/01532;
4. Todos os assuntos e serviços relacionados à Criança e ao Adolescente da clientela específica atendidos pelo Ministério Público, CMDCA, Conselho Tutelar e outros instituições, assim como os documentos formalmente expedidos pelo SAICA deverão ser direcionados e ou assinados para esta coordenação.
5. Esta torna sem efeito a portaria nº 009/SESAS, de 01/07/02.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de Agosto de 2002; 132º ano de Fundação; 68º ano de Emancipação Política.

MARCOS KAESTNER

Secretário de Saúde e Assistência Social

ANEXO B: FICHA DE DADOS PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Serviço de Saúde Mental

S.A.I.C.A.

Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

Psicóloga: Simone Cadori Linshalm – CRP 12/03514

Assistente Social: Deise Adriana Nicholletti – CRESS 2360 - 12ª Região

FICHA DE DADOS PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

PROCESSO: _____

Nome: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____ Data de Nascimento: _____

Naturalidade: _____

Endereço: _____

Próxima a: _____

Telefone: _____

Religião _____

Início do Atendimento: _____ / _____ / _____

Medida aplicada: _____

Início da medida: _____ / _____ / _____

Término da Medida: _____ / _____ / _____

Responsável: _____

DOCUMENTAÇÃO:

Certidão de Nascimento (local, nº livro, folha, cartório):

Título Eleitoral nº: _____

CPF: _____

Identidade: _____

DADOS FAMILIARES:

Nome do pai () padrasto ()

Idade: _____ Data de nascimento: _____ / _____ / _____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Função: _____

Tel contato: _____

Rendimento: _____

Nome da mãe () madrastra ()

Idade: _____ Data de nascimento: _____ / _____ / _____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Função: _____

Tel contato: _____

Rendimento: _____

Quando padrasto ou madrastra, informar situação dos pais biológicos:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

PERCAPITA _____

NOME	Parentesco	Idade	Profissão	Instrução

SITUAÇÃO HABITACIONAL:

Casa () Apartamento ()
Própria () Alugado () Valor R\$ _____
Alvenaria () Mista () Madeira ()

DADOS ESCOLARES:

Está estudando: () sim () não

Escola: _____

Endereço: _____

Tel: _____

Série: _____ Horário: _____

Situação Escolar _____

Última escola freqüentada: _____

Em algum momento os pais foram chamados na escola? Motivo:

DADOS PROFISSIONAIS:

Local: _____
Tempo de serviço: _____
Está registrado: () sim () não desde: ____ / ____ / ____
Função: _____
Horário de Trabalho: _____
Endereço: _____
Curso Profissionalizante: _____
Outras experiências profissionais: _____
Obs: _____

ANTECEDENTES ATOS INFRACIONAIS:

Já teve outros contatos com o Juizado da Vara da Família, Infância e Juventude?
_____ Quantas? _____

Instituições freqüentadas:

Infração que o trouxe ao Programa: _____
O que o levou a cometer este ato:

Informações gerais do processo:

Entidade (PSC)

Obs.:

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura dos pais

Assinatura do Adolescente

ANEXO C: FICHA DE CONTROLE DE PRESENÇA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

ANEXO D: FICHA DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



PREFEITURA DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Serviço de Saúde Mental

S.A.I.C.A.

Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

Psicóloga: Simone Cadore Linshalm – CRP 12/03514

Assistente Social: Deise Adriana Nicholletti – CRESS 2360 - 12ª Região

FICHA DE AVALIAÇÃO

ENTIDADE: _____

ADOLESCENTE: _____

1. Como você avalia o desempenho e a qualidade do trabalho realizado pelo adolescente? Explique.

2. Com relação ao grau de comprometimento do adolescente, emita a sua opinião sobre:

a. Disponibilidade que o adolescente manifesta quando lhe é solicitada determinada tarefa:

() Excelente () bom () satisfatório () ruim

b. Frequência e cumprimento do horário no desempenho de suas atividades:

() Excelente () bom () satisfatório () ruim

c. Comportamento no desempenho de suas atividades:

() Excelente () bom () satisfatório () ruim

Observações consideráveis:

Data: ____ / ____ / ____.

Coordenador do Programa P. S. C.
Assistente Social

Responsável na Instituição

ANEXO E: ATENDIMENTOS DIÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL

ANEXO F: PRODUTIVIDADE MENSAL DO SAICA

ANEXO F

PRODUTIVIDADE DO SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ASSISTENTE SOCIAL RESPONSÁVEL:

REFERENTE MÊS:

ESTAGIÁRIA:

PROGRAMA	Nº DE ATENDIMENTOS	Nº DE VISITAS	VALOR GASTO
APOIO SÓCIO-FAMILIAR			
LIBERDADE ASSISTIDA			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO			
DEMANDA ESPONTÂNEA			
OUTROS			
PSC/LA			
VIOLÊNCIA:			
PSICOLÓGICA			
FÍSICA			
SEXUAL			
TOTAL			

INTERVENÇÕES POR BAIRROS

BAIRRO	Nº DE INTERVENÇÕES
ARAPONGUINHAS	
CAPITAIS	
CENTRO	
DONA CLARA	
ESTADOS	
IMIGRANTES	
INDUSTRIAL	
MULDE	
PADRE MARTIN STEIN	
POMERANOS	
QUINTINO	
SÃO ROQUE	
NAÇÕES	
TIROLESES	
VILA GERMER	
TOTAL	

VISITAS POR BAIRROS

BAIRRO	Nº DE VISITAS
ARAPONGUINHAS	
CAPITAIS	
CENTRO	
DONA CLARA	
ESTADOS	
IMIGRANTES	
INDUSTRIAL	
MULDE	
PADRE MARTIN STEIN	
POMERANOS	
QUINTINO	
SÃO ROQUE	
NAÇÕES	
TIROLESES	
VILA GERMER	
TOTAL	

ANEXO G: FICHA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA

ANEXO G



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

**Secretaria de Saúde e Assistência Social
Programa de Saúde da Família**

Nome do Paciente: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

Área: _____ Microárea: _____ Família: _____

Data: _____

Referência: _____

Contra-Referência: _____

“SAÚDE. É NOSSO COMPROMISSO”

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS ADOLESCENTES



PREFEITURA DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL

S.A.I.C.A.

Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

Psicóloga: Simone Cadori Linshalm – CRP 12/03514

Assistente Social: Deise Adriana Nicholletti – CRESS 2360 - 12ª Região

PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA EM TIMBÓ/SC

Data: ____/____/____.

1 Idade: _____ 2 Sexo () feminino () masculino
3 Trabalha () sim () não CTPS assinada: () sim () não
4 Fumante: () sim () não 5 Estudante: () sim () não Série: _____
Supletivo () sim () não Turno: _____

6 Residente no Bairro: _____

7 Religião: _____

8 Naturalidade: _____

9 Naturalidade dos pais: _____

10 Composição familiar (parentesco e idade) e qualidade do relacionamento:

11 Quantos trabalham? _____

12 Usuário de drogas: () sim () não

13 Já fez uso de drogas: () sim () não

14 Usuário de bebidas alcoólicas: () sim () não

15 Pais com vícios: () sim () não Qual? _____

16 Frequentam algum tipo de grupo: () sim () não Qual? _____

17 N°. de Processos: _____

18 Motivo processo: _____

19 Já ficou internado em recuperação por motivo de dependência química:

() sim () não

Local: _____

20 Alguma vez participou de brigas de rua: () sim () não

Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO DA OPINIÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O PROGRAMA



PREFEITURA DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL

S.A.I.C.A.

Serviço de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

Psicóloga: Simone Cadori Linshalm – CRP 12/03514

Assistente Social: Deise Adriana Nicholletti – CRESS 2360 - 12ª Região

PESQUISA DE OPINIÃO

Caro adolescente, para o aprimoramento dos serviços prestados pelo SAICA com relação à medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, contamos com a sua colaboração através do preenchimento deste questionário. Não é necessário colocar seu nome.

Data: ____ / ____ / ____.

Qual é a sua opinião sobre:

1) O atendimento desenvolvido pelo SAICA com relação à medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e de liberdade assistida?

2) O que você considera importante para ajudar no atendimento a adolescentes dependentes químicos e a busca de sua recuperação?

3) Quais os tipos de atividades você gostaria de participar dentre os trabalhos desenvolvidos no cumprimento da medida sócio-educativa? Sugira temas e assuntos que julgue interessantes que podem ser abordados em grupos?

4) O que você entende por medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida? Já leu alguma vez o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE III: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS GRUPOS



AVALIAÇÃO DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2004.

Com relação aos encontros realizados em grupo, responda:

DATA	ATIVIDADE	PARTICIPANTES	LOCAL E HORÁRIO	CONCEITO DE 0 A 10 SOBRE ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS	CONCEITO DE 0 A 10 SOBRE OS ASSUNTOS ABORDADOS
22/09	Oficina sobre auto-estima Dependência e Recaída	Thaís Pamplona Terapeuta Ocupacional Representante do Grupo Narcóticos Anônimos	Jardim Botânico 16:00 às 18:00 horas		
06/10	Auto-estima	Psicóloga Simone Linshalm	CAPS 15:00 às 16:00 horas		
20/10	Debate e oficina sobre sexualidade, identidade, DST/AIDS, Dependência Química	Helena Pires (Presidente do GAPA de Fpolis/SC) Beatriz Kriger Vieira (Psicóloga esp. Sexologia)	CAPS 09:00 às 16:00 horas		
03/11	Adolescência, seus conflitos e espiritualidade parte I	Rosangela (Pedagoga)	CAPS 16:00 às 17:00 horas		
17/11	Família, seus conflitos e espiritualidade parte II	Rosangela (Pedagoga) Evert Grupo de teatro da Escola Adventista do 7ª dia de Indaial	Sociedade Cultural de Timbó		
01/12	Avaliação, Sugestões para o próximo ano, confraternização, reflexão e encerramento	Cristiane (estagiária Serviço Social) e Deise Nicholletti (Assistente Social Saica)	CAPS 16:00 às 17:30 horas		

Responda ainda sobre os encontros realizados em grupo:

Questões:	Resposta
1 Se sentiu satisfeito em participar dos encontros?	() sim () não () pouco () muito
2 Gostaria de continuar participando?	() sim () não
3 Que tipos de atividades você gostaria de sugerir para o próximo ano estar participando com o programa?	

Caro adolescente: Muito obrigada pela sua colaboração!

Feliz 2005!!! Equipe SAICA.